



HOMEM E MULHER À SUA IMAGEM OS CRIOU. REFLEXÕES BÍBLICO-TEOLÓGICAS, HERMENÊUTICAS E ECLESIOLOGICAS SOBRE A QUESTÃO DA HOMOSSEXUALIDADE

Claus Schwambach¹

RESUMO

O presente artigo é um posicionamento teológico sobre o tema da homossexualidade. Num primeiro momento, o autor afirma a necessidade de compreender as Escrituras, também dentro de coordenadas culturais modernas e pós-modernas, como verdade pública, que diz respeito a todos os seres humanos e que possui significado supraindividual, bem como validade e reivindicação universais. Num segundo momento, o autor pleiteia pela liberdade de expressão e pelo respeito aos direitos humanos. Em seguida, aborda questões de cunho hermenêutico, afirmando a necessidade de pautar decisões éticas e posições teológicas na autoridade das Escrituras Sagradas. Enfatiza a necessidade de resgatar hoje o que chama de “hermenêutica da confiança” na palavra das Escrituras. Na continuidade, apresenta observações de caráter exegético a partir do Antigo e do Novo Testamento, e chega ao resultado de que as Escrituras Sagradas são favoráveis à união estável entre pessoas de gêneros diferentes, bem como contrárias à prática da homossexualidade.

1 Claus Schwambach (Dr.) é docente e Diretor Geral da FLT – Faculdade Luterana de Teologia e Editor de *Vox Scripturae – Revista Teológica Brasileira*. O presente texto foi elaborado em atendimento à solicitação de diversos estudantes de teologia da FLT, que expressaram o desejo de conhecer a posição do autor sobre a problemática da Homossexualidade. O texto é uma contribuição pessoal do autor à reflexão eclesial e acadêmica e um convite ao diálogo sobre o assunto em questão (e-mail: diretoria@flt.edu.br).

Ao final, o autor apresenta uma série de reflexões a respeito do lidar de cristãos e de igrejas cristãs com pessoas de tendência ou de prática homossexual, visando à acolhida comunitária, ao acompanhamento e à transformação à luz do evangelho.

Palavras-chave: Homossexualismo, igreja e homossexualidade, homossexualidade na Bíblia.

ABSTRACT

The present article is a positioning on the theological theme of homosexuality. On a first moment, the author affirms the necessity of comprehending the Scriptures, also inside the modern and post-modern cultural coordinates, as public truth, which concerns all human beings and which possesses supra individual meaning, as well as universal validity and claim. At a second moment, the author pleads to the freedom of expression and for the respect of the human rights. Following, the author approaches the question of hermeneutical nature, affirming the necessity of guiding ethical decisions and theological positions under the authority of the Holy Scriptures. He emphasizes the necessity of rescuing today what is called the “hermeneutical trust” in the Scripture’s words. In continuity, he presents observation of exegetical character from the Old and New Testament, and reaches the results that the Holy Scriptures are favorable to the stable union between people of different gender, as well as contrary to the practice of homosexuality. At the end, the author presents a series of reflections regarding the Christians and the Christian churches’ handling of the person with homosexual tendency or practice, seeking the reception and the person’s transformation through the gospel’s light.

Key-words: Homosexuality, church and homosexuality, homosexuality in the Bible.

I. SOBRE A PALAVRA QUE A IGREJA CRISTÃ DEVE À SOCIEDADE HOJE – INTRODUÇÃO

A sociedade e a igreja brasileiras, juntamente com a comunidade global, passam por momentos de profundos debates sobre a temática da homossexualidade. Em especial, políticos, legisladores, juristas, pesquisadores e pensadores das ciências humanas e sociais, representantes de movimentos sociais das mais

diferentes tendências ideológicas e representantes dos diversos segmentos religiosos discutem, juntamente com a sociedade civil, os múltiplos aspectos jurídicos, legais, biopsicossociais, antropológicos, políticos e religiosos envolvidos na questão. Os grandes veículos de comunicação de massa oferecem ampla cobertura às manifestações populares e aos debates nos diversos níveis, zelando para que o tema ganhe uma visibilidade de rara magnitude na sociedade, não só brasileira, mas global.

Nesse cenário, também diversas igrejas cristãs têm procurado ocupar os espaços da discussão pública, procurando contribuir, a partir de sua perspectiva, na discussão. Elas têm compreendido tal envolvimento social como algo inerente ao seu caráter público e à sua função profética no seio da sociedade civil organizada, enquanto entidades incumbidas de zelar pelo testemunho claro da Palavra e da vontade do Deus triuno como Criador, mantenedor e redentor do universo e da humanidade, junto aos seus contemporâneos. A igreja cristã sabe-se incumbida de exercer uma função orientadora e crítico-profética junto aos seus próprios membros e perante a sociedade. Sabe-se incumbida de propagar, divulgar e oferecer – mesmo sabendo-se marcada pela fragilidade humana e pelo pecado – testemunhos, modelos e exemplos de vida no matrimônio, na família ou na vida “*single*”, que respeitem e promovam a dignidade e os direitos humanos, o bem-estar pessoal, familiar e social e, além disso, estejam em coerência com as finalidades últimas e penúltimas da existência humana, conforme testemunhadas nos Escritos Sagrados cristãos do Antigo e do Novo Testamento.

À igreja cristã compete, nesse cenário, uma palavra clara e contundente que sirva de orientação, testemunho, modelo e inspiração transformadora para a sociedade e para seus próprios membros (cf. 1Pe 3.15). Compete-lhe *discernir a boa, agradável e perfeita vontade de*

Deus, promotora da felicidade e bem-aventurança humana (cf. Rm 12.1-2), quanto a temas tremendamente complexos e multifacetados como as relações familiares e matrimoniais entre pessoas, dentro das quais também está inserida a questão das diversas facetas de relacionamento homossexual. Estamos convictos de que, tendo sido chamada a ser *sal da terra e luz do mundo* (cf. Mt 7.13-14), a igreja cristã teme mais o julgamento e a condenação de Deus do que o julgamento, a crítica e a condenação dos homens (cf. Mt 10.24-33), estando disposta a sofrer em razão de seu testemunho. Por isso, a igreja cristã entende que sua palavra e seu testemunho à sociedade *não* são e nem devem ser determinados pelos critérios do espírito da época, da pressão social, medial ou política, da opinião pública, dos meios de comunicação social de massa, de grupos de *lobby* movidos por convicções ideológicas ou políticas, de movimentos sociais da sociedade civil organizada, nem ainda por quaisquer correntes de pensamento cultural, filosófico, sapiencial ou até mesmo religioso humano, mas sim, pelo compromisso de consciência e de vida que os cristãos e as igrejas cristãs entendem possuir perante o Deus triuno, que fala e age hoje em suas vidas por intermédio da sua palavra, revelada nas Escrituras Sagradas do Antigo Testamento (AT) e do Novo Testamento (NT).

Como membros da igreja cristã, como *corpo de Cristo*, estamos conscientes de que nossa voz e nosso testemunho, em meio a uma sociedade secularizada, pluralista, multicultural e multireligiosa, que se entende crescentemente como estando desvinculada da influência e da normatividade de quaisquer meta-narrativas, será apenas uma palavra em meio a outras incontáveis vozes e opiniões. Ainda assim, estamos convictos de que nossa palavra, *apesar de ser uma palavra “entre” incontáveis outras, de forma alguma é uma palavra “como” as outras*. Por ser uma palavra a respeito do amor de Deus ao mundo

inteiro, que se manifesta no evangelho de Jesus Cristo e é revelada pelo agir atual do Espírito de Deus entre as pessoas, essa palavra tem caráter de “testemunho”. Tal *testemunho foi, é e sempre será, mesmo dentro de coordenadas culturais modernas e pós-modernas, verdade pública* – “*public truth*”. Esse testemunho trata de assuntos que, simplesmente, dizem respeito a todos os seres humanos e que possuem significado supraindividual, bem como validade e reivindicação universais. À igreja cristã compete, por isso, anunciar publicamente, sem vergonha (Rm 1.16s), a Palavra de Deus tanto como lei quanto como evangelho.

E é em razão dessa palavra clara de testemunho das Escrituras, que a igreja cristã deve a seus membros e à sociedade, que optamos por elaborar o presente texto. Sabemo-nos unidos a uma série de instituições cristãs nessa tarefa.²

2 Merecem destaque aqui, entre outros, os seguintes posicionamentos, sendo que todos os endereços eletrônicos mencionados foram acessados em 19/08/2011:

a) Aliança Cristã Evangélica Brasileira: *Manifesto de afirmação da heterossexualidade* – disponível em:

http://www.aliancaevangelica.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12:manifesto-deafirmacao-da-heterossexualidade;

b) Evangelischer Gnadauer Gemeinschaftsverband(Alemanha): Michael Diener. *Lasst uns Gottes Liebe leben. Theologische und ethische Herausforderungen für Gemeinschaft, Kirche und Gesellschaft* – disponível em: http://www.gnadauer.de/cms/fileadmin/bilder/themen_texte/pr%C3%A4sesberichte/Pr%C3%A4sesbericht_2011korr.pdf;

c) Movimento Encontrão – IECLB: a) *Manifesto do Movimento Encontrão pela fidelidade às Escrituras Sagradas* (Curitiba, agosto de 2011); b) *Igreja e Homossexualidade* – disponível em: <https://docs.google.com/leaf?id=0B3900zmU3A7DNTRhNGVmM2ItYWZlOS00MDQwLWI2OTItYTtyOTE1ZDA3OTNk&sort=name&layout=list&num=50&pli=1&authkey=CMb08q8I>;

d) Sínodo Centro-Sul Catarinense da IECLB: *Posição do Sínodo Centro-Sul Catarinense diante do tema da homossexualidade*;

e) IELB – Igreja Evangélica Luterana do Brasil. *Posição oficial sobre a união homossexual* – disponível em: <http://presidenteielb.blogspot.com/2011/05/posicao-sobre-uniao-homossexual.html>;

f) MEUC – Missão Evangélica União Cristã: *Orientação teológica e pastoral*

Finalizando, cremos que o tema “homossexualidade” *não deve e nem pode ser abordado de modo isolado*, mas precisa ser visto dentro de um conjunto de dimensões bíblico-teológicas, hermenêuticas, políticas, culturais e eclesiásticas, razão pela qual pretendemos dar algum espaço a elas em nossa abordagem.

II. PELA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PELO RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS

Apesar de aceitarmos nossas autoridades como tendo sido instituídas por Deus para garantirem o direito, promoverem paz, justiça e bem-estar social e para combater o mal (Rm 13.1ss), razão pela qual as honramos e intercedemos por elas, cremos também que a vontade e os propósitos do Deus triuno estão acima de posições políticas do Estado, que porventura estejam em contradição aberta e expressa com a Palavra de Deus, pois, nessas situações, antes importa obedecer a Deus do que aos homens. Diante disso, somos favoráveis tanto à manutenção da necessária distinção – que não é separação – entre igreja cristã e Estado, quanto à promoção do diálogo pacífico, crítico e profético entre ambos, na busca da justiça, do estabelecimento do direito e da paz.

Somos gratos, como membros da igreja cristã, que a

sobre a família e a homossexualidade. Trata-se de um posicionamento elaborado por colaboradores da MEUC em parceria com docentes da FLT.

Como estamos inseridos no contexto luterano da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, registramos com gratidão a abertura que a Direção da IECLB tem dado para que se discuta esse assunto sensível em seu âmbito, conforme expresso no documento Posicionamento do Conselho da Igreja referente ao Ministério Eclesiástico e Homossexualidade (Publicado no Boletim Informativo da IECLB 173 de 28/06/2011) e no Ofício 200069-11.

Constituição Federal do Brasil, em seu artigo 5º, assegura que:

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; [...] IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato; VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e à suas liturgias; VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva; VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei; IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença [...]”.³

Da mesma forma, somos gratos pelas disposições contidas na *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, de 1948: Art. 18:

“Toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos. Art. 19: Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão”.⁴

3 Cf. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm – acesso em 20/08/2011.

4 Cf. <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por> – acesso em 20/08/2011.

Essa Declaração possibilita a todas as pessoas, de todas as nações, a liberdade de, sem interferência, ter, expressar e transmitir publicamente opiniões e ideias por quaisquer meios. Vale mencionar que, além disso, a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* contém disposições claras de proteção à família em seu Art. 16:

“1. A partir da idade núbil, o homem e a mulher têm o direito de casar e de constituir família, sem restrição alguma de raça, nacionalidade ou religião. Durante o casamento e na altura da sua dissolução, ambos têm direitos iguais. 2. O casamento não pode ser celebrado sem o livre e pleno consentimento dos futuros cônjuges. 3. A família é o elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção desta e do Estado”.⁵

Embora a tradição cristã se oponha à dissolução do matrimônio, é importante perceber que a linguagem preserva a afirmativa de que a constituição da família se dê a partir de “homem e mulher”, pressupondo a heterossexualidade. Todo aquele que afirma a união estável heterossexual possui, com isso, amparo nessa Declaração.

Diante disso, pleiteamos em favor da “construção de uma sociedade que tenha a marca da justiça e do amor e que se oponha ao controle de qualquer minoria que queira patrulhar outros grupos e expressões que lhe sejam diferentes”.⁶ Por essa razão, entendemos ainda que toda e qualquer criminalização da opinião por parte do Estado não seja um instrumento válido para transformações sociais, pois, além de inconstitucional, fomenta uma indesejável onda de autoritarismo, ferindo as bases da democracia. *Pleiteamos por uma nação livre e democrática e pelo respeito aos Direitos Humanos.*

5 Loc. cit.

6 Aliança Cristã Evangélica Brasileira, *Manifesto de afirmação da heterossexualidade* (cf. nota 2).

III. POR UMA HERMENÊUTICA QUE CONSIDERE A AUTORIDADE DAS ESCRITURAS SAGRADAS

1. O embate hermenêutico da atualidade

A elaboração de uma reflexão sobre temas da atualidade e polêmicos na sociedade e na igreja exige, em primeiro lugar, uma prestação de contas sobre a hermenêutica teológica utilizada, pois é em torno dela que, em última análise, as questões são deliberadas e decididas. Inclusive as discussões da atualidade, no contexto das igrejas cristãs em âmbito internacional revelam que, em boa medida, o embate de posições teológicas contra ou em favor da homossexualidade não necessariamente se dá somente em torno de questões bíblico-exegéticas, mas sim, crescentemente no campo da hermenêutica. Ou seja, mesmo lá onde há relativo consenso em torno de questões exegéticas, pergunta-se cada vez mais o que fazer *hoje* com os resultados da “pesquisa histórica” feita pela exegese e *qual significado* têm no *contexto atual*. Muito comum é a *relativização*, *seja da autoridade das Escrituras Sagradas como instância normativa, seja da afirmação de textos individuais*.⁷Três exemplos:

a) Na interpretação de textos do AT, que tratam do assunto homossexualidade, há uma tendência de se afirmar que o interesse do AT reside apenas na distinção entre Israel e práticas idolátricas pagãs.

7 Heinzpeter HEMPELMANN. Art. “Kirche und Homosexualität. Sieben Perspektiven”. In: Ulrich EIBACH, Klaus HAACKER, Heinzpeter HEMPELMANN et. al., op. cit., p. 27s.

A crítica desses textos não se dirigiria contra a homossexualidade em si, mas contra ela enquanto prática ligada a rituais cúlticos pagãos. Dessa forma, a afirmação dos textos é contextual, casual e situacional, muito válida para a época, mas de pouca ou nenhuma relevância para a atualidade.⁸ A afirmação de que os textos bíblicos são “temporalmente condicionados” ao contexto *passado* não se restringe a esses textos do AT, mas é aplicada, não raro, também aos textos do NT, servindo para relativizá-los.

b) O segundo exemplo diz respeito à determinação da hermenêutica teológica por afirmações advindas das ciências humanas. Embora seja controverso e algo não realmente provado, há pesquisadores que afirmam que a homossexualidade é congênita (veja discussão detalhada abaixo). Há registro de recepções cristãs dessa afirmação que, pressupondo isso como fato dado e realidade simplesmente vivenciada por muitos, afirmam que a homossexualidade é “natural” e inclusive encontra-se embutida como possibilidade no ato criador de Deus. Onde tal “normatividade do fático” ou tal “normatividade das ciências humanas” resulta em tal interpretação, temos ilustrada uma distorção hermenêutica dos conteúdos dos textos bíblicos.⁹

c) O terceiro exemplo pode ser encontrado na afirmação de que à igreja compete basicamente amar a todas as pessoas indistintamente e ser uma entidade “acolhedora” e “inclusiva”. Assim, compete-lhe acolher e incluir também pessoas de orientação homossexual, aceitá-las como são e abençoá-las, viabilizando sua integração social na vida

⁸ Heinzpeter HEMPELMANN, *Kirche und Homosexualität*, p. 28.

⁹ Assim, por exemplo, H. G. WIEDEMANN. *Homosexuelle Liebe*. Stuttgart, 1982, p. 45ss. Detalhes: Ulrich EIBACH, Klaus HAACKER, Heinzpeter HEMPELMANN et. al. *Betrifft: Kirche und Homosexualität*. Wuppertal & Zúrique: R. Brockhaus Verlag; Dillenburg: Gnadauer Verlag, 1995, p. 45.

da igreja. Embora haja momentos indubitáveis de verdade nisso, não podemos deixar de perceber que há, simultaneamente, problemas hermenêuticos com a compreensão do que vem a ser o “amor” devido pela igreja ao mundo. Ao que parece, defende-se de forma crescente uma compreensão do “amor” de Deus como sendo uma espécie de princípio abstrato, difuso e universal de “inclusividade”, compreendido em evidente contradição à dialética de lei e evangelho existencialmente experimentada no ouvir da Palavra de Deus.¹⁰ Como

10 Essa e algumas das tendências mencionadas nesse tópico revelam-se no texto “*Homossexualidade na comunidade cristã*”, disponível em: <http://espelholuterana.blogspot.com/> – acesso em 20/08/2011. Algumas citações: a) “Nossa reflexão busca da Bíblia (sola scriptura) o entendimento para a prática de inclusão de pessoas homossexuais nas comunidades da IECLB [Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil]. Esta inclusão não pode estar sujeita a liberalismos de opinião, não aprofundadas nos conhecimentos científicos atuais, em repetição de fórmulas religiosas literárias, nem a casuísmos de esta ou aquela comunidade (irmão de presbítero pode, mas um desconhecido não). Ao entendermos que, pela fé (sola fide) podemos nos perceber irmãos e irmãs, sujeitos ao pecado, mas dispostos à comunhão que é dada por graça (sola gratia) por Deus a nós, sem mérito nosso. A nossa vivência de comunhão – com Deus e com o próximo – é que nos dá a certeza do amor de Deus em nosso meio”; b) “Evangelho proclamado é Evangelho que acolhe, lança fora o medo e provoca mudança na ética, no cotidiano. Deixa claros os relacionamentos, transformamos pelo amor e pela comunhão. ... Paulo pode, sim, estar denunciando pedofilia, pode estar denunciando abuso de poder, pode estar denunciando violência ou falta de higiene. E por isso mesmo, Evangelho precisa ser lido em profundidade e amor. Tornar pessoas homossexuais, por si só, não merecedoras da graça de Deus é algo abominável, uma vez que solidariedade, amparo, sustento na velhice ou nas dificuldades, hoje em dia, são comuns a cidadãos e cidadãs – qualquer que seja o gênero ou a orientação sexual. A centralidade do Evangelho é a justiça e a dignidade que não se atém a vínculos sanguíneos. ... Novas formas familiares dão conta da adoção de crianças e adolescentes em situação de risco, inclusive, por pessoas homossexuais. Há uma frase que resume essa forma de atuar diretamente na educação e amparo de outras pessoas: ‘melhor dois pais do que nenhum’. Condicionar a bênção de Deus à orientação sexual é exercer um poder sobre a vida da outra pessoa, que só Deus tem.”; c) “A exclusão de pessoas diferentes a uma e outra orientação, seja ela sexual ou não, não as deixando tomar parte na comunhão de filhos e filhas de Deus, pode ser uma obediência a Levítico, a Romanos, a 1 Coríntios, mas é uma temeridade

resultado dessa distorção hermenêutica, *o evento escatológico da justificação do ímpio é confundido com e reduzido à mera inclusão social e comunitária do diferente, e a justificação do pecador acaba sendo transformada – e assim hermeneuticamente deformada – na justificação do pecado*. Essa distorção de significado também acaba atingindo fatalmente a compreensão do significado teológico dos

se entendemos o Reino de Deus como anúncio maior de Deus que é Amor (1 João 4.8: “Aquele que não ama não conhece a Deus; porque Deus é amor), ou se pensamos nas categorias que fazem parte do anúncio do juízo final (Mateus 25.34-36 ...). Como evangélicos de confissão luterana também diremos que nada de bom sobrou na natureza humana (Romanos 3.23 ...). Nenhum relacionamento – por si só – nos habilita a sermos mais “santos”, menos “santos”. Somos santificados somente pela graça de Deus. Assim também, o que nos torna pecadores e pecadoras é o pecado que já nasce conosco (Confissão de Augsburg) e não essa ou aquela orientação sexual. Sexo sempre é pecado, também em relações heterossexuais, quando o poder e a violência fazem parte. O exercício da sexualidade sempre é graça, já que faz parte da Criação em sua totalidade. A salvação de Jesus Cristo habilita uma nova ‘formatação’ de nossas vidas, não por nossas atitudes, nem por nossas ‘causas’. Apenas por sermos chamados e chamadas por Deus. No Batismo, Deus não coloca restrições na sexualidade das pessoas – mas nos posiciona em uma outra relação parental: já não somos estranhos uns aos outros, mas somos irmãos e irmãs – linhagem concebida pelo amor de Cristo e partilhada no cálice da salvação. A justiça e o amor são o legado dado por Cristo – e não o anúncio de juízo por conta de nossas afetividades diversas.”; d) “Se a igreja condenar a homossexualidade, estaremos repetindo erros como o da igreja antiga, ao condenar Galileu, que contradizia a Bíblia ao defender que a Terra era redonda. Estaremos próximos à prática de Testemunhas de Jeová, que usam determinados textos bíblicos para não permitirem a transfusão de sangue. Homossexualidade não é ‘perversão’, nem ‘doença’, nem ‘opção’, nem ‘distúrbio’. Pode se manifestar em violência, discriminação, ‘bulling’ social quando pensada e rotulada como tal. Homossexualidade é uma orientação sexual, presente inclusive em relações de animais. A homossexualidade não atrapalha a fé, mas nossos conceitos, estes atrapalham sim. Pessoas homossexuais podem viver na ‘fé (que) produz novidade de vida’ (2 Co 5.15-19), e ‘os frutos do Espírito’ (Gl 5.22-26 ...) pois estes aparecem na vida de qualquer pessoa, independente de sua orientação sexual. A ética de nosso cotidiano precisa testemunhar tais valores do fruto do Espírito – e não viver em exclusão baseada nas culturas antigas de clã e tomada da terra.”.

quatro pilares da Reforma – *sola scriptura, sola gratia, sola fide, solus Christus*. Como fruto de uma hermenêutica equivocada, eles acabam sendo mal usados como legitimação meramente “formal” de uma posição diametralmente oposta ao ensino tanto das Escrituras quanto da Reforma. Assim, em lugar da normatividade das Escrituras Sagradas, surgem outras instâncias normativas substitutivas que determinam o pensar teológico.

Essa tendência mostra-se também em afirmações que insistem em que “hoje”, dentro das coordenadas culturais pós-modernas, “não é mais possível” sustentar essa ou aquela afirmação das Escrituras, como nos tempos bíblicos. Surge a normatividade do “hoje” e do que se pensa “hoje em dia”, a normatividade do “fático e do fato consumado na sociedade”, a normatividade do “contexto social atual ou local”, a normatividade da “cultura atual”, enfim, a normatividade da “ideologia de veículos de comunicação social”, de “grupos de *lobby*”, da “maioria na sociedade”, de “pesquisas de opinião pública” etc. No fundo, a pergunta não é se temos ou não “dogmas” e “normas”, mas sim, *quais instâncias dogmáticas e normativas* norteiam nossas reflexões e posições.

Esse cenário “hermenêutico”,¹¹ que perfaz o pano de fundo das discussões, precisa ser considerado. Ele evidencia que há, hoje, urgência em incluir novamente a pergunta pelo que é realmente normativo para a igreja cristã na pauta dos debates, o que nos leva a dedicar um amplo tópico ao resgate de balizas hermenêuticas que hoje corremos risco de perder.

2. “*Sola scriptura*” – Clareza, autoridade e eficácia das

11 Uma das abordagens mais recentes e amplas em defesa de uma *Teologia Gay* encontramos em André MUSSKOPF. *Via(da)gens Teológicas: Itinerários para uma teologia Queer no Brasil*. São Paulo: Fonte Editorial 2012.

Escrituras Sagradas

Num cenário de tendências à relativização dos textos bíblicos e das próprias Escrituras Sagradas como um todo, faz-se necessário recordar alguns dados que julgamos ser de relevância fundamental para a hermenêutica cristã. *A palavra de Deus das Escrituras Sagradas é a palavra por meio da qual o Deus triuno fala e age conosco hoje, pelo poder do Espírito Santo* (cf. Rm 1.16s; 1Co 1.18-25; 2.1-5). Em 1 Tessalonicenses 2.13, Paulo escreve: *Outra razão ainda temos nós para, incessantemente, dar graças a Deus: é que, tendo vós recebido a palavra que de nós ouvistes, que é de Deus, acolhestes **não como palavra de homens e sim como, em verdade é, a palavra de Deus**, a qual, com efeito, está operando eficazmente em vós, os que credes*. Lembramos aqui as declarações de Martinho Lutero sobre a “clareza das Escrituras”. O Reformador distingue entre uma *clareza externa* e uma *clareza interna* das Escrituras:

“Admito, por certo, que nas Escrituras há muitas passagens obscuras e abstrusas, não por causa da majestade dos assuntos, mas por causa da [nossa] ignorância em matéria de vocabulário e gramática. No entanto, elas absolutamente não impedem o conhecimento de todas as coisas nas Escrituras. Pois que coisa mais sublime pode ainda permanecer oculta nas Escrituras depois que os selos foram rompidos e a lápide foi removida da entrada do sepulcro e depois que foi revelado aquele sumo mistério: Cristo, o Filho de Deus se fez ser humano, Deus é trino e uno [...]? Se tiras Cristo das Escrituras, que encontrarás nelas ainda? Portanto, todas as coisas contidas na Escritura estão reveladas, embora algumas passagens sejam obscuras porque ainda não conhecemos as palavras. [...] Cristo nos abriu a inteligência para que entendamos as Escrituras”.¹²

12 Martinho LUTERO. *Da Vontade Cativa*, in: Martinho Lutero. Obras Seleccionadas. Vol. 4: Debates e Controvérsias II. Ed. p. Comissão Interluterana de Literatura. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia 1993 – Doravante: Martinho LUTERO, *De servo arbitrio* [O. Sel., vol. 4], p. 24.

Nesse contexto, em crítica a Erasmo de Rotherdam, Lutero defende uma dupla clareza da Escritura:

“[...] existe uma dupla clareza da Escritura, assim como existe uma dupla obscuridade; uma é externa, colocada no ministério da Palavra; a outra, situada na cognição do coração. Se falas da clareza interna, nenhum ser humano percebe nem um único i nas Escrituras, a menos que tenha o Espírito de Deus. Todos têm um coração obscurecido, de modo que, mesmo que digam e saibam recitar toda a Escritura, nada dela percebem ou conhecem verdadeiramente. Não creem em Deus, nem que são criaturas de Deus, nem qualquer outra coisa [...] Pois para compreender toda a Escritura e qualquer parte dela se precisa do Espírito. Se falas da clareza externa, não resta absolutamente nada obscuro ou ambíguo; tudo o que há nas Escrituras foi conduzido à luz certíssima e declarado ao orbe todo pela Palavra”.¹³

Essa mesma tese, Lutero aborda também numa outra passagem, mas de forma um pouco diferente:

“Nós dizemos o seguinte: os espíritos devem ser examinados ou provados por um juízo dúplice. Um é o juízo interior, consistindo em que cada um, iluminado para si e unicamente para sua salvação através do Espírito Santo ou um dom singular de Deus, julga e discerne com toda a certeza os dogmas e as opiniões de todos. Disso se diz em 1Co 2.15: ‘O espiritual julga todas as coisas e não é julgado por ninguém’. Isso concerne à fé e é necessário para qualquer cristão, mesmo particular. Chamamo-lo acima de clareza interior da Sagrada Escritura. [...] o outro é o juízo externo, pelo qual julgamos com toda a certeza os espíritos e dogmas de todos, não só para nós mesmos, mas também para os outros e por amor da salvação dos outros. Esse juízo é próprio do ministério público da Palavra e do ofício externo, e concerne principalmente aos líderes e pregadores da Palavra. Fazemos uso dele ao fortalecermos os fracos na fé e ao refutarmos os adversários. Chamamo-lo acima de clareza externa da Sagrada Escritura. Assim dizemos o seguinte: todos os espíritos devem ser provados em

13 Martinho LUTERO, *De servo arbitrio* [O. Sel., vol. 4], p. 25s.

face da Igreja tendo a Escritura por juiz. [...] as Sagradas Escrituras são uma luz espiritual, muito mais clara do que o próprio sol, principalmente nas coisas que dizem respeito à salvação ou sua necessidade.”¹⁴

Como vemos, nessas citações de Lutero, onde a Escritura tornou-se *clara* para alguém no sentido da *clareza interna*, isso significa que a pessoa estava sob o *efeito* dela e a compreendeu. Onde isso acontece, a pessoa reconhece quem é, a saber, pecadora, e ouve, também, a palavra da graça de Deus. Nesse sentido, a *claritas scripturae* não é uma propriedade empírica das Escrituras, que pudesse ser comprovada ou contradita de algum modo, mas *efeito espiritual, recriador de Deus através de sua palavra e do agir livre e soberano, humanamente indisponível e inapropriável de seu Espírito* (cf. 2Co 4.3ss, esp. v. 6).

Considerar a realidade e o significado da *inspiração das Escrituras Sagradas é, dessa forma, um pressuposto fundamental para toda e qualquer interpretação delas* (2Tm 3.16 e 2Pe 1.19s). Defender um conceito de interpretação ou de hermenêutica sem levar as realidades da inspiração, da clareza e da eficácia das Escrituras em conta, é desconsiderar dimensões teológicas vitais e contribuir para que a assim chamada *crise do princípio escriturístico* se torne ainda mais aguda em nosso meio.

Precisamos, portanto, recuperar uma *hermenêutica de confiança* na palavra de Deus das Escrituras Sagradas e uma atitude de confiança no Deus triuno, que fala e age conosco hoje por meio

14 Martinho LUTERO, *De servo arbitrio* [O. Sel., vol. 4], p. 65. Lutero remete aqui para uma série de passagens bíblicas, que examina neste contexto: Dt 17.8-11; 1 Ts 5.21; 2 Pe 1.19; Sl 19.9; 119.105; 143.10; Rm 1.2; 3.21; 2 Co 3.7 e 4; 2 Pe 1.19; Fp 2.15s; Jo 5.39; At 17.11; 2 Tm 3.16; Lc 21.15; 2 Pe 1.19 (cf. p. 65-68). Lutero mostra também como a clareza das Escrituras prevaleceu na história da Igreja (cf. p. 70-74).

delas. Em decorrência disso, entendemos que a igreja e a teologia cristãs podem e devem prescindir de todas as tentativas biblistas ou fundamentalistas de comprovar a autoridade das Escrituras ou de fundamentá-la racionalmente e artificialmente, e podem optar por simplesmente testemunhá-la de forma pública e pacífica. Cremos que a igreja e a teologia cristãs podem igualmente prescindir de todo e qualquer discurso autoritário *ex cathedra*, bem como de toda atitude coerciva ou impositiva. Elas simplesmente podem confiar que a palavra por elas testemunhada e pregada, por si mesma, considerada a liberdade e soberania divinas, *crie horizontes de compreensão e gere confiança e fé nas pessoas, por ser, quanto à característica que lhe é própria, uma palavra efetivamente poderosa* (cf. Is 55.10-11; Rm 1.16s). Entendemos que essa é uma das mais profundas contribuições da Reforma Luterana à hermenêutica: “*Sacra scriptura sui ipsius interpres*” (Martinho Lutero).

As Escrituras Sagradas do AT e do NT são, nesse sentido, *simultaneamente, palavra divina e palavra humana*, sem separação e sem mistura, de maneira que, seguindo a tradição eclesiástica e, em especial a Reforma, entendemos a natureza simultaneamente divina e humana das Escrituras em correlação ao dogma ecumênico das duas naturezas da pessoa de Jesus Cristo.¹⁵

15 *As Escrituras Sagradas são palavra de Deus em palavras humanas*. A posição que afirma que a Bíblia é só palavra de Deus, esquecendo de ver que Deus se revelou no tempo, no espaço e na história a seres humanos, é chamado na dogmática cristã de *docetismo scriptológico* (Docetismo é uma corrente de pensamento da Antiguidade que afirmava que a humanidade de Jesus era só de *aparência*, mas não real. Quando isso se aplica à Bíblia, falamos de um docetismo *scriptológico* – i. é, relativo à compreensão da Escritura). Já a posição que afirma que a Bíblia é só palavra de homens, esquecendo que Deus se identificou inseparavelmente a ela, é chamada na dogmática cristã de *ebionismo scriptológico* (Ebionismo é uma seita da Antiguidade que negava a divindade de Cristo, afirmando que Jesus era *somente* uma pessoa comum. Quando isso se aplica à Bíblia, falamos de um *ebionitismo scriptológico* – i. é,

3. Escrituras Sagradas como norma para a igreja cristã

Nesse horizonte de compreensão, cremos que, por testemunhar a revelação da complexa história do amor de Deus com a humanidade, a palavra de Deus das Escrituras Sagradas do AT e do NT foi e é recebida desde o princípio na igreja, a começar pelos pais, passando pelos reformadores e chegando a nós hoje, como “*norma normans*”, como “juiz, regra e guia” em todas as questões e decisões dogmáticas e éticas a respeito da fé, da doutrina e da vida cristãs. Pelo fato de as Escrituras serem a instância à qual a consciência dos cristãos está cativa e, ao mesmo tempo, fundamento e critério para discernir os espíritos e tomar decisões, elas não são apenas citadas, mas também exegeticamente e cientificamente interpretadas, bem como testemunhadas de forma hermenêutica e contextualmente refletida às pessoas do nosso tempo e à igreja, contando sempre com a eficácia delas, operada pelo agir atual do Espírito Santo. Podemos aprofundar esse aspecto com uma citação de Martinho Lutero:

“Os axiomas (*prima principia*) dos cristãos não devem ser outros senão as palavras divinas, em contraste às quais as palavras de todas as pessoas não passam de meras conclusões, que podem ser tiradas delas [i. é, das palavras divinas], a elas atribuídas e nelas se perseverar. Essas palavras devem ser conhecidas por cada um em seu conteúdo pleno e antes de todas as outras palavras. Elas não devem ser primeiramente perguntadas ou ensinadas por pessoas, mas as pessoas devem ser avaliadas através delas [...] Caso contrário aconteceria que acreditaríamos mais nos intérpretes do que na Escritura que fala por si mesma. Quem, entretanto, seria tão irracional?”¹⁶

relativo à compreensão da Escritura). O ebionismo scriptológico *dessacraliza* a Bíblia, colocando-a no mesmo nível que outros livros humanos.

16 WA 8,84s, Trad: CS.

4. Palavra de Deus como Lei e Evangelho

Um dos outros dados fundamentais da hermenêutica reformatória das Escrituras Sagradas, em especial da de Martinho Lutero, consiste na percepção de que a mensagem do AT e do NT possui como perspectivas transversais o falar e o agir de Deus como “lei e evangelho”. Lei e evangelho são expressões teológicas que sintetizam a mensagem do AT e do NT em seu conjunto e iluminam a situação humana perante Deus, servindo até mesmo como uma espécie de chave hermenêutica na interpretação das Escrituras. Recordamos novamente algumas contribuições de Martinho Lutero a respeito:

Para Lutero, o principal método de apresentar o plano de salvação de Deus às pessoas consiste em *primeiro revelar os pecados das pessoas mediante o uso da lei, para depois anunciar o evangelho a elas*: “Vocês já escutaram outras vezes que nós seguimos esse método, a saber, dividir a doutrina cristã em duas partes, naturalmente lei e evangelho” (WA 39 I,1-4). Distinguir e saber ordenar corretamente lei e evangelho um ao outro deve ser, para Lutero, “a forma pura e mais segura de tratar e de transmitir a doutrina cristã” (WA 39 I,360-364). Para Lutero, a lei não é capaz de efetuar a salvação, mas somente revelar culpa e pecado. Salvação e graça nos encontram somente no evangelho: a alma não possui “nenhuma outra coisa, nem no céu, nem na terra, a partir da qual ela viva, seja piedosa, livre e cristã, a não ser o santo evangelho, a palavra de Deus, pregada por Cristo” (WA 7,22,3). “*Evangelion* é uma palavra grega e significa em alemão boa mensagem, [...] boa notícia, bom grito, sobre o qual a gente canta, fala e se alegra, como

quando Davi venceu o grande Golias [...], portanto, esse evangelho de Deus e novo testamento é uma boa notícia e grito, que ressoa por todo o mundo por meio dos apóstolos sobre um verdadeiro Davi, que brigou com pecado, morte e inferno e venceu; boa notícia para todos que estavam aprisionados em pecados, atormentados pela morte e dominados pelo Diabo, agora redimidos sem méritos, [...] [e] trazidos de volta a Deus, razão pela qual eles cantam, agradecem a Deus, louvam e são eternamente felizes, pois eles creem firmemente nisso [...]" (WA DB 6,2,23; 4,3).

"Evangelho e lei são essencialmente *distintos um do outro* no sentido de que a lei proclama o que deve ser feito e deixado de fazer, não o que *já foi* feito e *deixado de fazer* e o que é impossível de ser feito e deixado de fazer (e nisso ela serve apenas para conduzir ao reconhecimento do pecado); o *evangelho*, entretanto, anuncia que os pecados estão perdoados e que *tudo já foi cumprido e feito*. Pois a lei diz: 'Pague, o que você deve!' (Mt 18.28), mas o evangelho, pelo contrário, diz: 'Teus pecados estão perdoados' (Mt 9.2)" (WA 2,466,3).

Lutero entende que a distinção de lei e evangelho representa a maior *arte* dentro da cristandade:

"Na cristandade deve ser ensinada e feita sempre por ambos, pregadores e cristãos, uma certa distinção entre lei e fé, entre o mandamento e o evangelho [...] Pois essa é a *maior arte dentro da cristandade*, que devemos saber. E ali onde não sabemos a respeito dela, lá tu não podes estar firmemente convicto sobre quem é um cristão em diferença para com um gentio ou um judeu, pois é nessa distinção que essa diferença se baseia".¹⁷

17 WA 36,9,24ss – Prédica de ano novo de Martinho Lutero, sobre Gl 3.23-29, em 1532. Apud Albrecht PETERS, op. cit.; Tradução de todos os textos citados: CS.

Entretanto, também essa arte, embora seja tarefa humana, é apenas dominada com maestria pelo próprio Espírito Santo, de maneira que somos remetidos à dependência do agir soberano de Deus, que nos permanece indisponível: “Não há uma pessoa que viva na terra, que realmente saiba distinguir entre lei e evangelho. Nós teimamos em pensar que nós entendemos alguma coisa, quando nós ouvimos a pregação, mas erramos de longe. Somente o Espírito Santo entende essa arte. Ao homem Cristo isso [ou seja, essa arte] também faltou no Monte das Oliveiras, de modo que um anjo teve que consolá-lo (Lc 22.43). Ele era afinal um Doutor do céu, e ainda assim ele foi fortalecido (confirmado) pelo anjo. Eu pensei que eu era capaz disso, porque eu escrevi de forma tão extensa e muito a respeito, mas quando se trata de acertar a coisa, eu realmente reconheço que isso [i. é, a arte de distinguir lei e evangelho] me falta muito, e muito. Portanto, somente Deus pode e deve ser o santíssimo mestre”.¹⁸

Considerando esses aportes da Reforma Luterana, que se transformaram em balizas inalienáveis da hermenêutica protestante, precisamos pontuar o que faz parte da eficácia e da autoridade de fato exercidos pelas Escrituras Sagradas entre nós, que ao nos ser proclamada, a Palavra de Deus nos encontre como *lei* que revela nossa culpa e pecado, e como *evangelho*, que nos anuncia a Jesus Cristo, e nele, graça, perdão de pecados e absolvição no juízo final. A *lei* é uma expressão do amor de Deus por todos os seres humanos, pois nela ele revela, de forma universalmente válida, sua vontade de orientar para uma vida agradável a ele em todas as áreas da

18 WA TR II,3s – Martinho Lutero, Comentário à Mesa Nr. 1234, de 1531, citado em: PETERS, Albrecht. *Gesetz und Evangelium*. (HST, 2). 2. ed. Gütersloh: Gütersloher Verlagshaus 1994, p.23. Trad: CS.

existência, bem como de proteger do mal e possibilitar qualidade de vida a todas as pessoas. Por vivermos num mundo caído e sermos pecadores, a Palavra de Deus como lei nos acusa, revela quem somos, aponta para nossa realidade pecaminosa (Gl 3.24s). Diante dela, precisamos reconhecer que somos pecadores, fomos desobedientes e temos culpa, e arrepender-nos. Já o *evangelho* é o anúncio do amor de Deus que foi revelado na pessoa e na obra redentora de Jesus Cristo. Tanto lei quanto evangelho são aplicados por Deus mesmo em nossos corações ali onde a Palavra de Deus é proclamada e acontece a iluminação do coração humano (cf. 2Co 4.3-6) através do poder regenerador e santificador do Espírito Santo. É a partir desse horizonte que entendemos que Lutero vislumbrava que o centro das Escrituras é encontrado em tudo *aquilo que promove a Cristo*, pois através delas ele mesmo nos encontra.

Feitas essas colocações, *entendemos que também todas as declarações das Escrituras Sagradas sobre a homossexualidade precisam ser vistas dentro do horizonte hermenêutico maior da dialética real e dinâmica de lei e evangelho, como expressão universal da vontade de Deus para com as pessoas de todos os tempos e lugares.*

IV. IGREJA E HOMOSSEXUALIDADE – UM ENSAIO DE DISCERNIMENTO TEOLÓGICO

A elaboração de uma avaliação de questões complexas da atualidade, como a problemática da homossexualidade a partir de uma *hermenêutica da confiança* no Deus, que fala através das Escrituras, implica no *exercício prático do discernimento*

teológico, ético e pastoral, para o qual não há fórmulas prontas e nem um magistério eclesiástico infalível, mas apenas a decisão ou o julgamento teológico e ético, com vistas à orientação das consciências e ao acolhimento pastoral das pessoas. O horizonte maior de todo e qualquer posicionamento desse tipo, aqui entendido como *testemunho público de fé e indicação pública de caminho*, é sempre o da responsabilidade perante Deus e homens, na perspectiva do juízo final (cf. Mt 10.32-33; 1Co 3.10-17).

1. *Kairós*

Ao falar sobre a questão da homossexualidade, temos que levar em conta diversos fatores que determinam previamente o discurso sobre o tema.

Em *primeiro lugar*, constatamos que somos hoje devedores de muitos posicionamentos à sociedade. Há muitas áreas que exigem uma discussão mais ampla na sociedade. Sonegação de impostos, injustiças sociais em todos os âmbitos, pobreza estrutural, a realidade da guerra, anarquia, corrupção generalizada entre governantes e políticos e também no coração da própria sociedade, falta de reconciliação, pornografia e mentalidade sexualizada, usura generalizada nas relações sociais, cultura da mentira... Esses são apenas pequenos exemplos de temas que precisam ser discutidos com mais profundidade na sociedade brasileira, por representarem mazelas que a corrompem e degradam. A abordagem de questões em torno da família, célula básica de qualquer sociedade humana, e, ligada a esta, a discussão da problemática da homossexualidade enquanto modelo substitutivo e alternativo de família, representa apenas uma das muitas esferas de preocupação com os rumos da

sociedade que nos movem. O desejo de discutir a questão da homossexualidade não quer ser entendido como emergindo de uma posição moralista unilateral, como se a homossexualidade fosse o único problema da sociedade digno de abordagem. Os (poucos) textos bíblicos que tratam da homossexualidade falam dela como *pecado*, mas mencionam sempre também outros pecados junto, seja no âmbito social, econômico, político, cultural ou religioso. E não podemos e nem queremos perder isso de vista. Por isso, parece-nos que, se falamos sobre o tema homossexualidade agora, é por termos reconhecido que o calor atual dos debates nacionais e internacionais é um *kairós* apropriado para tal.

2. Nem farisaísmo e nem discriminação – a pergunta pela atitude a ser pressuposta no discurso teológico

Em *segundo lugar*, importa reconhecer que há hoje uma sensibilidade tremendamente ampliada em torno do tema homossexualidade, seja na sociedade ou nas igrejas cristãs. Por isso, um posicionamento precisa ocorrer de acordo com uma atitude que esteja para além do farisaísmo e da discriminação, bem como para além da estigmatização e do *bullying* social e eclesial. Precisa ser marcado por sincero amor, mesmo lá onde atuarmos e falarmos como contemporâneos que contradizem a voz da maioria na sociedade. Precisamos reconhecer que há, na maioria absoluta dos casos de homossexualidade, no fundo, histórias e destinos familiares muito tristes, envolvendo dor, sofrimentos, rejeição, experiências de despedaçamento existencial muito profundas, gerando impactos psíquico-físicos de alto escalão nas pessoas. Isso não deve gerar uma postura de vitimização de pessoas homossexuais. Entretanto,

falar sobre o tema homossexualidade, passando ao léu desses lados sombrios, doloridos, não raro profundamente complexos e incompreensíveis, quando não misteriosos e até inexplicáveis da vida das pessoas, é outro extremo que não condiz com uma postura coerente com o evangelho. Definitivamente: não é possível tratar do tema sem um sentimento de profunda melancolia e impotência, sem revoltar-se diante de pessoas e incontáveis circunstâncias adversas e inexplicáveis que influenciam vidas e rumos de pessoas, sim, sem até mesmo dirigir profundos clamores e lamentos a Deus, perguntando: “Por quê?” Ou: “Deus meu, Deus meu, por que nos abandonaste?” (Sl 32.1). Estamos convictos de que, como cristãos, não somos, não podemos e nem queremos ser os juízes das pessoas e suas histórias; não temos a chave de elucidação de seus mistérios passados e dilemas presentes. Se ainda assim arriscamos falar algo como testemunhas da Palavra de Deus hoje, colocando nossos dedos em feridas profundas e complexas, é como aqueles que foram chamados a chorar com os que choram, a sofrer junto com o outro as dores do outro, a clamar junto com o outro os clamores do outro, embebidos e impregnados pelo grito solitário e assolador daquele um que, pendurado num madeiro, abarcou todas as dores, mazelas, sofrimentos, doenças e pecados da humanidade sobre si (cf. Is 53; Mt 26.45-46). Por isso, o que podemos fazer é caminhar juntos e apontar, na forma de testemunho, para o caminho deste único, que nos amou a todos com amor indescritível e incomensurável: Jesus Cristo, Deus que é homem como nós, e que padeceu e morreu em nosso lugar, para nos salvar e curar. Em decorrência disso, entendemos que é preciso buscar uma “re-configuração” desse sofrimento por meio de uma atitude de acolhimento e ajuda relacional. Se o problema foi causado a partir de relacionamentos deteriorados, a re-orientação

e restauração devem vir a partir de relacionamentos saudáveis. E aqui, em nossa percepção, as comunidades cristãs têm um papel importante a cumprir.

3. Humildade e confissão de pecados como ponto de partida do discurso

Em *terceiro lugar*, também nós, cristãos, reconhecemos que falamos sempre a partir da ciência de que somos todos pecadores, que necessitam da graça de Deus. Atitudes e comportamentos pecaminosos podem acontecer e acontecem em todas as áreas de nossa vida e precisam ser reconhecidos, confessados, perdoados e modificados a partir da força transformadora que provém do evangelho. Não somos testemunhas perfeitas em nossas palavras e ações, mas sabemos que um perdão perfeito nos torna aptos a falar e a viver. No centro de nosso testemunho público não está nossa perfeição moral e bom exemplo, mas a graça perdoadora e restauradora de Jesus Cristo em meio às nossas imperfeições, pecados e maus exemplos. Assim, ao apontarmos logo adiante com firmeza para a prática homossexual como pecado, não o fazemos como pessoas perfeitas ou sem pecado, mas como pecadores agraciados, com muita humildade, em obediência à Palavra de Deus, instância à qual está cativa a nossa consciência.

4. Pelo resgate da dignidade humana e da união estável heterossexual

4.1. Afirmação da dignidade humana como pressuposto para falar sobre homossexualidade

Precisamos afirmar que, a rigor, não é a homossexualidade que está no centro de nossas preocupações, mas sim, o ser humano em sua dignidade como homem e como mulher. Cremos que todo ser humano possui uma dignidade independente de suas realizações, posses, títulos, honras ou fama. Essa dignidade lhe é conferida de forma imerecida a partir de fora dele mesmo, pelo fato de ter sido criado, no princípio, à imagem e à semelhança de Deus (Gn 1.26-28), por ter sido amado e redimido por intermédio de Jesus Cristo (Jo 3.16) e por ter sido destinado à vida eterna mediante a ação do Espírito de Deus (1Co 15). Essa dignidade não foi tirada das pessoas por terem pecado contra Deus, contra seus semelhantes e contra a natureza criada, mui embora, com isso, elas tenham passado a viver em contradição fática em relação à sua vocação original de serem e viverem como imagem e semelhança de Deus, perdendo o sentido último e se perdendo nas questões penúltimas da existência humana. A realidade do pecado mata e destrói a pessoa. Entretanto, faz parte do evangelho cristão confessar que lá onde pessoas creem em Jesus Cristo, a pessoa volta a viver em conformidade com sua vocação original, tendo sua dignidade restaurada por meio do perdão e recebendo vida eterna e salvação. Por isso, o amor de Deus como Criador e redentor em Cristo nos compele a olhar sempre a pessoa humana em sua integralidade, não reduzindo a visão à sua sexualidade. A discriminação dolosa, o cometimento de atrocidades e violências, bem como qualquer forma de acepção ao ser humano, hetero ou homossexual, são atitudes de evidente negação, tanto da dignidade humana fundamentada no ser *imagem de Deus*, quanto do evangelho do amor de Deus.

Para nossa discussão, é fundamental reconhecer e confessar

que Deus criou homem e mulher, macho e fêmea à sua imagem e semelhança, e que a compreensão judaico-cristã de dignidade humana está constitutivamente vinculada a esse fato original que nos caracteriza até hoje. A ideia de um terceiro sexo, bem como a concepção de que a opção sexual é algo facultado ao arbítrio humano se constituem, à luz desse dado, como ficções e equívocos que degradam a pessoa e a levam a viver de modo antinatural e contrário ao propósito original de Deus como Criador. cremos, de um lado, que a pessoa que pratica a homossexualidade não deixou, de forma alguma, de ser digna enquanto ser humano, devendo ser amada, aceita, considerada e incluída no convívio social com naturalidade. Entretanto, sua prática sexual faz com que ela viva em contradição fática à dignidade que lhe foi e é conferida gratuitamente por Deus mesmo, sendo que nisso reside o pecado que degrada a sua vida. Nesse sentido, porque Deus ama o ser humano pecador indistinta e incondicionalmente – também a pessoa homossexual –, mas odeia e condena o pecado – também o da prática da homossexualidade –, a tradição judaico-cristã aponta para o arrependimento e para a fé em Jesus Cristo como sendo os fatores que restauram a vida e a dignidade dos seres humanos, homens e mulheres. Concluindo, a negação da opção e da prática homossexuais e dos modelos de relacionamento humano deles decorrentes é, portanto, apenas uma implicação secundária decorrente da confissão básica de que o ser humano foi criado como homem e mulher à imagem de Deus, e de que, apesar do pecado, também homens e mulheres podem ser restaurados e destinados à vida eterna e à salvação por graça, mediante a fé na pessoa e na obra de Jesus Cristo.

4.2. Afirmação da união estável heterossexual e da família como

pressuposto para falar sobre homossexualidade

Sob o ponto de vista da hermenêutica bíblica, entendemos que é necessário situar a rejeição bíblica da prática homossexual no contexto teológico maior da afirmação da polaridade entre homem e mulher. Entendemos que é a visão e a realidade do *matrimônio* e da *família* que realmente nos ocupa e preocupa em nossa sociedade hoje. Cremos que a polaridade dos gêneros masculino e feminino e que a união estável de um homem com uma mulher correspondem ao bom propósito de Deus ao criar o ser humano como macho e fêmea à sua imagem (Gn 1.26-28; 2.18-25). Essa realidade foi reconhecida, pressuposta e reiterada de forma contundente por ocasião da irrupção do Reino de Deus na pessoa e na obra redentora de Jesus Cristo, além de reafirmada pelas testemunhas da igreja primitiva: *“Não tendes lido que o Criador, desde o princípio, os fez homem e mulher e que disse: ‘Por essa causa deixará o homem pai e mãe e se unirá à sua mulher, tornando-se os dois uma só carne?’ De modo que já não são mais dois, porém uma só carne. Portanto, o que Deus ajuntou não o separe o homem”* (Mt 19.4-6; cf. ainda Mc 10.2-9; Ef 5.25-33; 1Co 11.11). A irrupção da redenção no mundo em Jesus Cristo não anulou, mas confirmou a união indissolúvel de um homem e de uma mulher como forma de relacionamento humano adequado entre os gêneros aqui neste mundo. Confessamos, nesse contexto, que o matrimônio monogâmico entre um homem e uma mulher, válido até a morte de um dos dois, incluindo uma vivência da sexualidade humana correspondente, faz parte da vontade imutável de Deus expressa em sua Palavra, tanto no AT como no NT. O matrimônio e, dentro dele, a sexualidade, necessitam de relacionamentos duradouros para que se desenvolvam de forma sadia e plena (Gn 2.24). Confessamos que

a comunhão entre homem e mulher abrange o relacionamento íntimo em todas as dimensões da vida humana, incluindo o relacionamento afetivo sexual, visto com bons olhos nas Escrituras (Cf. o livro de Cantares). O relacionamento entre homem e mulher é, portanto, de caráter integral, institucionalizado no “matrimônio estável”, durando até a morte de um dos cônjuges. Entendemos que tal relacionamento exclui tanto o relacionamento homossexual, lésbico e bissexual, quanto o adultério, o relacionamento sexual pré-nupcial, o concubinato, o consumo de pornografia em qualquer nível, o coito com animais e toda e qualquer outra forma de perversão da sexualidade.¹⁹ Pois as Escrituras enfatizam a heterossexualidade humana e a relação heterossexual entre homem e mulher enquanto marido e esposa como a forma de relacionamento “normal” e “natural”, entendida como sendo uma relação em que se cultivam e buscam a confiança, a fidelidade e a estabilidade e a durabilidade do relacionamento até a morte (cf. Ef 5.22-33; Cl 3.18-25; 1Ts 4.1-8; Tt 2.1-8 etc.).²⁰

Ao lado da vida matrimonial, também percebemos que Jesus Cristo reconhece o celibato como forma legítima de vida (“single”), independente das razões que conduzem pessoas a tal opção:

“Disseram-lhe os discípulos: ‘Se essa é a condição do homem relativamente à sua mulher, não convém casar’. Jesus, porém, lhes [aos

19 Cabe mencionar aqui a questão da transsexualidade, que não é uma forma de relacionamento, mas uma patologia mental reconhecida, onde a pessoa não consegue aceitar sua corporalidade e por causa do permanente conflito com a mesma, a medicina opta pela solução “mais fácil” de alteração morfológica da genitália.

20 Cf. Karl-Heinz MICHEL. *Der dreieine Gott und die Einheit von Mann und Frau*. In: Ulrich EIBACH, Klaus HAACKER, Heinzpeter HEMPELMANN et. al. *Betrifft: Kirche und Homosexualität*. Wuppertal & Zúrique: R. Brockhaus Verlag; Dillenburg: Gnadauer Verlag, 1995, p. 75-93.

discípulos] respondeu: ‘Nem todos são aptos para receber este conceito, mas apenas aqueles a quem é dado. Porque há eunucos de nascença; há outros a quem os homens fizeram tais; e há outros que a si mesmos se fizeram eunucos, por causa do reino dos céus. Quem é apto para o admitir, admita’” (Mt 19.10-12).

Especialmente o apóstolo Paulo, que nesse ponto se encontra na tradição de Jesus, reafirma essa posição em formulação própria, pontuando-a para diversas situações concretas na comunidade (cf. 1Co 7). Por isso, confessamos também que pessoas que não vivem dentro da comunhão possibilitada pelo matrimônio são chamadas, independente de gênero ou idade, à abstinência, a permanecerem solteiras ou ao celibato, às quais, Deus, em sua bondade, concede tanto o querer quanto o realizar dessa forma de vida.

Por isso, entendemos que *um de nossos compromissos cristãos primordiais para com todas as sociedades humanas de todos os tempos e lugares é a afirmação, o resgate, a promoção, a preservação e o fortalecimento do matrimônio e da família em todos os níveis e em todas as suas dimensões*.²¹ Da mesma forma, cumprenos animar, consolar, acompanhar e fortalecer a todas as pessoas, homens e mulheres que, por alguma razão voluntária ou involuntária permanecem solteiros em sua caminhada, motivando-os a ser fonte de bênçãos para outras pessoas. Por fim, somos críticos à mentalidade vigente em nossa sociedade atual, que *reduz a sexualidade a padrões objetivos*, desvirtuando a dimensão relacional da criação e, em especial, a dimensão de crescimento a partir do outro diferente. Afirmamos a polaridade dos gêneros, pois na igualdade não há crescimento.

21 Indicamos aqui para o excelente aporte de Carlos “Catito” GRZYBOWSKY. *Macho e fêmea os criou. Celebrando a sexualidade*. 4. Impr. Viçosa: Ultimato, 1998.

5. Aspectos bíblicos e teológicos em relação à homossexualidade

Em primeiro lugar, cremos que faz parte do testemunho da palavra de Deus das Escrituras Sagradas a afirmação de que a prática da homossexualidade não corresponde à vontade de Deus. Por entendermos que a mera e simples citação dos textos bíblicos evoca, hoje, quase que de imediato, a suspeita de “biblicismo” e “fundamentalismo”, faz-se necessário aportar com reflexões exegéticas e hermenêuticas mais amplas.

Entendemos que o testemunho do AT inclui textos, inseridos no horizonte histórico-salvífico maior da *lei* de Deus, que são contrários a práticas homossexuais (cf. Gn 19.5; Lv 18.22; 20.13; Jz 19.22).²² Desses textos, dois deles se referem ao intento homossexual e à reação que essa intenção evocou (Gn 19.5 e Jz 19.22).²³ E os outros dois são uma advertência contra uma eventual relação homossexual, mais especificamente tratam do coito anal entre homens, que é visto como “abominação” (תועבה - Lv 18.22; 20.13). Em 20.13, a formulação hebraica וְאִישׁ אֲשֶׁר יִשְׁכַּב אֶת־זָכָר מִשְׁכָּבִי אִשָּׁה תוֹעֵבָה - “homem deitar-se com outro homem, como se fosse mulher” – se refere ao coito anal de um homem com outro, em imitação ao coito vaginal com uma mulher.²⁴ Já o termo “abominação” é de acepção estritamente teológica, aponta para a gravidade do delito, e não deve

22 Cf. Walther EICHRODT. Art. “Homosexualität – Andersartigkeit oder Perversion?”. In: Homosexualität in evangelischer Sicht. Vier Beiträge. Wuppertal: AUSAAT Verlag, 1965, p. 7-26.

23 Para uma abordagem mais detalhada das questões exegéticas envolvendo todos os textos bíblicos que tratam do tema homossexualidade, remetemos aqui para o excelente trabalho de Werner WIESE. Art. “Homossexualismo – Uma abordagem bíblico-teológica”. In: Vox Scripturae – Revista Teológica Brasileira, vol. XVIII, Nr. 1, 2010, p. 9-46.

24 Klaus HAACKER, *Exegetische Gesichtspunkte*, p. 14s.

ser confundido com mero “abuso” – que significaria que apenas o abuso, e não o coito anal entre dois homens como tal estivesse sendo criticado aqui. Importante é registrar também que o termo הוֹטֵבָה não significa “idolatria”, o que significaria que a homossexualidade masculina praticada seria idêntica à idolatria, e que a rejeição dessa prática só se daria por ser idolatria, como se houvesse uma prática aceitável da relação homossexual masculina.²⁵ Nesse sentido, esses textos *não* tratam apenas de crítica a práticas culturais e rituais pagãos, mas tratam também de *questões éticas*, sendo que tanto as passagens individuais em questão quanto o contexto como um todo o comprovam. Inclusive há, no contexto, diversas declarações isentas de conotação cúltica (Lv 19.18; 20.9,21 etc.).²⁶ É interessante que após a menção da relação sexual de homens entre si, em Levíticos 18.22, o verso 23 fala da relação sexual entre homens e animais e também entre mulheres e animais, sendo que a mesma ênfase se repete em Lv 20.13 e 15s. Ao que parece, enquanto que a relação homossexual masculina seja fortemente e claramente rejeitada, a relação lésbica não é claramente mencionada, em detrimento da relação entre mulher e animal. De forma geral, chama atenção também que esses textos encontram-se no assim chamado “Código de Santidade” ou na “Lei da Santidade” (Lv 17-26), que é um dos blocos de relevância central na lei de Israel. Trata-se de um código legal de uma ordem social muito antiga, embora tenha recebido sua redação final apenas no período exílico – quando justamente não havia muito interesse em polemizar contra a prostituição em rituais cúlticos cananeus.²⁷ As determinações de Levíticos 18 diferenciam Israel dos povos pagãos

25 Klaus HAACKER, *Exegetische Gesichtspunkte*, p. 11s.

26 Heinzpeter HEMPELMANN, *Kirche und Homosexualität*, p. 29.

27 Heinzpeter HEMPELMANN, *Kirche und Homosexualität*, p. 29.

(18.3,24-28). A homossexualidade feminina não é mencionada, sendo que Levíticos 18.23 menciona apenas a “sodomia”.²⁸ A afirmação de que 2 Samuel 1.17-27, que trata da amizade entre Davi e Jônatas e que deixa depreender que ambos possuíam um relacionamento que poderia ser qualificado de homossexual, não possui amparo no texto e permanece fruto de especulação exegética.

O testemunho das Escrituras do NT, sob o sinal da irrupção do Reino de Deus em Jesus Cristo, não somente retoma, mas também reitera que tal prática homossexual é contrária não somente à vontade original e atual de Deus, o Criador, mas também à vontade atual de Deus como redentor em Cristo (Cf. Rm 1.26ss; 1Co 6.9s; 1Tm 1.9-10). Ou seja, as declarações do NT se encontram em relação de *continuidade de enfoque* para com as que encontramos no AT. Especialmente o apóstolo Paulo emite, em Romanos 1.26s, um julgamento teológico dos mais radicais em relação à perversão cultural e ética de sua época, mencionando tanto a relação sexual antinatural praticada por mulheres, quanto aquela que ocorre entre homens entre si – sendo que permanece um tanto vago o que Paulo entende por “relação antinatural” praticada por mulheres: estaria ele pensando no coito com animais como em Levíticos 18.23, ou em relacionamento lésbico? Sob o ponto de vista filológico-exegético, em 1 Coríntios 6.9s e em 1 Timóteo 1.10, os termos *efeminado* e *sodomita* se referem à homossexualidade. *Efeminado* (μαλακοὶ - plural) destaca o *parceiro passivo* e *sodomita* (ἀρσενικοῖται - plural) o *parceiro ativo*.²⁹ A prática da homossexualidade não figura, nesse

28 Heinzpeter HEMPELMANN., *Kirche und Homosexualität*, p. 24-26.

29 Para uma abordagem exegética mais detalhada, cf. Werner WIESE, op. cit., p. 32ss; Klaus HAACKER. Art. “Exegetische Gesichtspunkte zum Thema Homosexualität”. In: Ulrich EIBACH, Klaus HAACKER, Heinzpeter HEMPELMANN et. al. *Betrifft: Kirche und Homosexualität*. Wuppertal &

último texto, como algo isolado, mas é um desvio de conduta visto no contexto de uma lista maior de “pecados atos” que caem sob a mesma censura apostólica. Importante é perceber que a prática da homossexualidade é vista como algo que está em contradição com as grandezas “Reino de Deus” e “evangelho”. Em Romanos 1.26 e contexto, a homossexualidade praticada é vista como consequência da ira divina e como perversão, que resulta da entrega do ser humano a seus próprios impulsos. Isso significa que as afirmações de Paulo não podem ser interpretadas apenas numa perspectiva moralista, mas mostram que o problema do ser humano é muito maior do que meramente agir de forma antinatural na área da sexualidade: ele se encontra sob a ira divina e a perversão sexual é uma materialização dessa realidade.

O texto de Paulo, em Romanos, apresenta uma série de sinais que não permitem interpretar sua crítica à homossexualidade como algo que é somente casual ou condicionado pela situação específica da época, mas como algo que é fundamental: a) ποιεῖν τὰ μὴ καθήκοντα – “praticar coisas inconvenientes” (v. 28); b) τὴν φυσικὴν χρῆσιν εἰς τὴν παρὰ φύσιν – “mudar o modo natural das relações íntimas por outro, contrário à natureza” (v. 26, semelhante: v. 27); πάθη ἀτιμίας – “paixões infames” ou paixões que não correspondem à dignidade humana (v. 26). *Todas essas expressões apontam para o caráter fundamental, e não meramente casual, situacional ou contextual da crítica de Paulo.*³⁰

Embora haja evidentes tentativas de distorção hermenêutica do significado de cada um dos textos e termos bíblicos nominados, feitos a partir de uma forte *eisegese* ou projeção de *conceitos pré-formados*

Zurique: R. Brockhaus Verlag; Dillenburg: Gnadauer Verlag, 1995, p. 7-20.

30 Heinzpeter HEMPELMANN, *Kirche und Homosexualität*, p. 24-27.

para dentro destes, encontramos hoje diversas análises exegéticas e filológicas sólidas que revelam que a prática da homossexualidade realmente não era aprovada em Israel, e que tampouco foi aprovada por Jesus ou pelos apóstolos.³¹ A prática homossexual figura como uma perversão da natureza humana e como desvio comportamental não condizente com a realidade da criação do ser humano como macho e fêmea à imagem de Deus e nem com a realidade da redenção em Jesus Cristo, que exclui a homossexualidade como forma legítima de vida ou prática para aquele que se tornou cristão e vive na fé em Cristo e, a partir do batismo, sob o senhorio de Cristo.

Diante disso, pode-se afirmar que *tanto na velha como na nova aliança, a prática homossexual é pecado e está sob o juízo e a condenação de Deus*. A rejeição à prática homossexual é de cunho judaico-cristão, sendo afirmação comum tanto do Judaísmo quanto do Cristianismo ao longo dos séculos. Homem e mulher foram criados como macho e fêmea sob todos os pontos de vista, como seres “biopsicosocioespirituais”. A prática da homossexualidade é, por isso, antinatural (Rm 1.26ss), pois a fisiologia, a corporalidade e a psyché, masculina e feminina, não estão naturalmente predispostos para padrões homossexuais de relacionamento sexual. Ela representa uma ruptura de estruturas da existência humana dadas com a criação no princípio. Pode-se inclusive afirmar que a opção em favor da defesa da prática homossexual está na contramão da tradição judaico-cristã, na contramão do ensino das igrejas cristãs orientais e ocidentais ao longo dos séculos, na contramão da história da igreja e da teologia cristãs, bem como na contramão de um amplo consenso ecumênico e de um relativo consenso inter-religioso.

31 Werner Wiese, *Homossexualismo*, p. 15ss. Encontramos nessa abordagem uma recepção de inúmeras obras da literatura acadêmica e científica, em especial de caráter exegético, sobre o tema.

6. Implicações

6.1. Implicações pastorais e poimênicas: sobre a gênese da homossexualidade e sobre as possibilidades de restauração pessoal

Entendemos que as discussões sobre a origem e a razão da homossexualidade são acirradas e, até certo ponto, ideologizadas e polarizadas entre uma explicação que entende que ela é condicionada mais por bagagens genéticas (o gene da homossexualidade) e outra que a atribui mais a fatores biográficos e/ou psíquicos (p. ex., ocorridos já em tenra infância).³² Há uma terceira posição que entende que a questão não é nem genética, nem de fatores da infância, mas reside em uma construção relacional que envolve vários elementos do contexto no qual o ser se desenvolve, em especial o familiar.³³

No *primeiro caso*, a pessoa já nasce com essa “determinação”, o que torna a homossexualidade explicável e justificável, praticamente inviabilizando qualquer tentativa de fazer com que a pessoa “mude” de convicção ou comportamento. Não raro há pesquisadores que apontam para o fenômeno do comportamento homossexual no reino animal na busca de uma legitimação biologicamente fundamentada

32 Uma contraposição interessante das duas alternativas de explicação da gênese da homossexualidade pode ser encontrada em Klaus BOCKMÜHL. Art. “Die Diskussion über Homosexualität in theologischer Sicht”. In: Homosexualität in evangelischer Sicht. Vier Beiträge. Wuppertal: Aussaat Verlag, 1965, p. 26- 60; cf. também Dr. med. Wilhelm KÜTEMEYER. *Medizinisch-ärztliche Aspekte der Homosexualität*. In: Homosexualität in evangelischer Sicht. Vier Beiträge. Wuppertal: Aussaat Verlag, 1965, p. 62-70.

33 Cf. Carlos “Catito” GRZYBOWSKY. *Macho e fêmea os criou. Celebrando a sexualidade*. 4. Impr. Viçosa: Ultimato, 1998, p. 73-84

de comportamento similar entre homens gays e mulheres lésbicas – embora entre os biólogos tal comportamento entre animais também não seja visto como “normal”, mas algo que acontece fora da normalidade.³⁴ Vale ressaltar que também não se deve confundir hermafroditismo – enquanto fenômeno biológico-anatômico facilmente reconhecível e corrigível logo após o parto – com homossexualismo.

No *segundo caso*, a gênese da homossexualidade estaria localizada na biografia da pessoa, sendo terapeuticamente tratável e “corrigível”.³⁵ De um lado não há, realmente, a despeito de tentativas contrárias já realizadas, pesquisas sólidas e consensuais na comunidade científica internacional que tenham comprovado de forma inequívoca, com status de “verdade científica”, alguma base genética para a homossexualidade. De outro lado, há inúmeros argumentos biopsicossociais que nos levam a entender que a explicação que atribui a homossexualidade a fatores biográficos e/ou a uma gênese psíquica é mais plausível, além de ser coerente com os dados encontrados nas Escrituras Sagradas. Cremos, nesse sentido, que não é necessário nem aconselhável pressupor qualquer tipo de determinismo genético nessa questão – que, no fundo e não raro, aparenta ser apenas a máscara de um determinismo ideológico!

34 Cf. a discussão a esse respeito em Heinzpeter HEMPELMANN., *Kirche und Homosexualität*, p. 33ss.

35 Heinzpeter HEMPELMANN., *Kirche und Homosexualität*, p. 34s. Uma apresentação mais detalhada dos fatores que podem conduzir à homossexualidade pode ser encontrada em Roland WERNER. *Homosexualität und die Vollmacht der christlichen Gemeinde*. In: Ulrich EIBACH, Klaus HAACKER, Heinzpeter HEMPELMANN et. al. *Betrifft: Kirche und Homosexualität*. Wuppertal & Zurique: R. Brockhaus Verlag; Dillenburg: Gnadauer Verlag, 1995, p.109-118. O autor aponta, entre outros, para crises de identidade sexual, relações deturpadas com a figura paterna, integração deficiente com pessoas do sexo oposto e identificação com pessoas do mesmo sexo, etc.

Em nossa avaliação, *homossexualidade não é, ao que muitos fatores indicam, de natureza congênita e nem algo imutável*, salvo melhor juízo.³⁶ Ela não possui gênese monocausal, mas precisamos considerar, ao que tudo indica, um conjunto complexo de fatores biográficos, hormonais, psicológicos, contextuais e outros. Ela é aprendida e/ou incorporada pela pessoa em algum momento de sua vida, por razões diversas, podendo configurar-se, não raro, em algo incorporado de forma tão profunda que pode vir a ser difícilimo de modificar ou abandonar. Embora seja realmente necessário admitir esse elevado grau de dificuldade de abandonar a homossexualidade, psiquicamente incorporada ou efetivamente praticada, ainda assim, faz-se igualmente necessário afirmar que a homossexualidade não é simplesmente um destino imutável ou inevitável, que devesse ser simplesmente aceito de forma passiva, conformada e resignada.³⁷ Isso não é afirmado só por teólogos, mas também ainda por um grande número de pesquisadores na área da psicanálise e de outras escolas e áreas das ciências humanas. Também entre estes constatamos que ainda há muitos que optam por conceber a heterossexualidade como normalidade, e a homossexualidade como algo que possui dimensões de anormalidade.³⁸

36 Cf. Klaus HAACKER. Art. “Exegetische Gesichtspunkte zum Thema Homosexualität”. In: Ulrich EIBACH, Klaus HAACKER, Heinzpeter HEMPELMANN et. al. *Betrifft: Kirche und Homosexualität*. Wuppertal & Zúrique: R. Brockhaus Verlag; Dillenburg: Gnadauer Verlag, 1995, p. 7-20, aqui p. 13s; Ulrich EIBACH. Art. “Ethische und anthropologische Aspekte der Homosexualität”. In: Ulrich EIBACH, Klaus HAACKER, Heinzpeter HEMPELMANN et. al. *Betrifft: Kirche und Homosexualität*. Wuppertal & Zúrique: R. Brockhaus Verlag; Dillenburg: Gnadauer Verlag, 1995, p. 41ss, especialmente 43ss, onde o autor discute os aportes das ciências humanas sobre o tema.

37 Ulrich EIBACH, *Ethische und anthropologische Aspekte der Homosexualität*, p. 53s.

38 Ulrich EIBACH, *Ethische und anthropologische Aspekte der Homosexualität*,

Nesse contexto, vale ensaiar ainda outra reflexão: mesmo que houvesse provas biológicas convincentes de que a homossexualidade tivesse raízes congênitas e de que houvesse pessoas com predisposição a ela, ela ainda assim não estaria, à priori, de forma alguma já justificada como comportamento ético legítimo perante Deus. Isso pode ser ilustrado a partir de uma analogia: em especial na área da saúde, há hoje muitas doenças que, mesmo que se suspeite ou até comprove que tenham alguma origem na herança genética, ninguém deixa de tratá-las, de procurar superação e cura. O mesmo pode ser aplicado ao nosso tema. Assim como cremos e afirmamos que o fato de haver doenças cuja causa é geneticamente condicionada não signifique que seja da vontade de Deus, o Criador, que aquela pessoa seja doente e permaneça doente até a morte, mas que seja obviamente aconselhada a buscar tratamento, assim também deveria ser óbvio afirmar o mesmo em relação à homossexualidade, caso se comprovasse realmente algum tipo de condicionamento genético na gênese dela. Em outras palavras: mesmo que houvesse uma homossexualidade congênita, assim como vem sendo postulado por diversos segmentos na sociedade, ela não poderia servir de ponto de partida e muito menos de ponto de referência para uma abordagem ética e teológica do assunto.³⁹

Como muitos estudos continuam a ser feitos nessa área, compreendemos que temos, enquanto membros e líderes de igrejas ou teólogos, o dever de acompanhar as discussões sociais e científicas de forma crítica e dialogal, permanecendo atentos ao fenômeno da subversão ideológica dos resultados de pesquisas científicas. A

p. 55ss, onde se encontram inúmeras indicações bibliográficas a respeito.

39 Ulrich EIBACH, *Ethische und anthropologische Aspekte der Homosexualität*, p. 45ss, 62ss.

rejeição de uma normatividade de resultados das ciências humanas na teologia não deve, por outro lado, resultar num fechamento à acolhida dos resultados das novas pesquisas, que podem vir a ser auxílio valioso na abordagem de pessoas com tendência ou prática homossexual. Inclusive, estamos convictos de que, quanto mais estivermos informados sobre a multiplicidade nem sempre explicável das causas e sobre a tremenda complexidade e dificuldade das diversas abordagens de tratamento terapêutico da homossexualidade, provavelmente mais humanos, menos discriminatórios e mais abertos ao convívio humano e social com esse grupo de pessoas estaremos.

O direcionamento dado à argumentação até aqui traz uma série de implicações pastorais e poimênicas: considerando tudo o que foi exposto acima, precisamos *distinguir* entre uma *tendência*, *percepção e atração homossexual* e uma *prática homossexual*, sendo que apenas a última é claramente condenável, haja vista que a simples tendência à mesma não implique, necessariamente, concordância da pessoa com essa opção ou já em prática homossexual.

Motivados pelos aportes animadores que encontramos nas Escrituras Sagradas, recomendamos homens e mulheres que tenham tendência à homossexualidade ou mesmo estejam na prática homossexual a se submeterem a processos terapêuticos e pastorais de cura e restauração pessoal. Cremos que *é absolutamente imprescindível que se perceba que processos terapêuticos e pastorais de restauração e transformação são fundamentalmente possíveis*, em especial, quando há um desejo de mudança por parte da pessoa atingida. A cura integral da pessoa, a recuperação da identidade sexual masculina ou feminina, a superação da assim chamada “inversão”, enquanto sentimento sexual antinatural, *podem ser obtidos no contexto de abordagens pastorais e/ou terapêuticas sérias e da inserção em*

grupos de apoio. Inclusive há hoje uma rede global, nacional e internacional de entidades, tanto cristãs quanto não-cristãs, que têm se dedicado a auxiliar pessoas homossexuais a redefinir sua identidade sexual, voltando a optar pela heterossexualidade, bem como a casar ou a permanecer solteiros. A tarefa é realmente muito difícil, mas não impossível. O lidar pastoral e terapêutico com pessoas homossexuais tem mostrado que, na maioria dos casos houve, na biografia dos envolvidos, diversas formas e situações de desajustes e debilidades no relacionamento conjugal dos pais, desequilíbrios nos sistemas familiares, casos de abuso sexual, situações de relacionamento familiar deteriorado, ausência ou inafetividade paterna ou materna, apego excessivo de algum dos pais a algum dos filhos ou filhas – as assim chamadas “alianças perversas” –, dificuldades em estabelecer vínculos afetivos duradouros e ainda outras situações similares que conduziram essas pessoas a tendências, sentimentos, desejos e/ou a práticas homossexuais.⁴⁰

Como a opinião pública e os próprios movimentos sociais, políticos e ideológicos favoráveis à causa *gay* parecem hoje fixar-se de forma relativamente diletante, pragmática, emotiva e tendencialmente radical em uma forma de explicação da gênese da homossexualidade mais genética ou congênita, *continuará sendo um papel salutar e um sinal do amor da igreja cristã às pessoas – não por último de convicção ou prática homossexual – defender e manter essa outra possibilidade de interpretação da gênese da homossexualidade sempre aberta e em discussão*. Pois ela *poderá*

40 Cf. para esse tópico: Carlos “Catito” GRZYBOWSKY. *Macho e fêmea os criou. Celebrando a sexualidade*. 4. Impr. Viçosa: Ultimato, 1998, p. 73-84. Aproveito aqui para agradecer ao Dr. Grzybowski por ter me auxiliado com indicações valiosas em relação à terminologia técnica da área psicológica, nem sempre mencionadas nas notas de rodapé, mas efetivamente ocorridas.

servir de porta de entrada à busca de auxílio, perdão e libertação. A manutenção de posturas sociais ou culturais resistentes a quaisquer possibilidades de mudanças da identidade sexual apenas dificulta ou até mesmo inviabiliza processos de cura e restauração, razão pela qual tais posturas resistentes deveriam ser superadas em nosso meio. Por outro lado, isso tem como implicação que, no convívio com pessoas que continuam com sentimentos ou tendências homossexuais, possamos auxiliá-las a encontrar libertação ou, em caso de extremas dificuldades, a tentar viver, na medida do possível, de forma abstinente. A orientação e o auxílio a pessoas de orientação homossexual abertas a encontrar ajuda faz parte da poimênica e da diaconia cristãs, vivenciadas no contexto da comunidade cristã.⁴¹ A instrução e a capacitação de membros e lideranças de nossas comunidades à acolhida e ao acompanhamento a pessoas homossexuais constitui-se num dos desafios da formação teológica e pastoral na sociedade atual. Homossexuais necessitam tanto ou mais do que outras pessoas de compreensão e afeto sincero e autêntico, do que não raro foram privados em suas vidas.

6.2. Implicações relativas à adoção e guarda de crianças como filhos por casais homossexuais

Diante do exposto, arriscamos propor que a adoção e guarda de crianças como filhos por parte de casais homossexuais deveria

41 Ouvi recentemente acerca do caso de um jovem homossexual que buscou auxílio terapêutico e que teve saltos qualitativos na melhora após ter sido “adotado” por um (corajoso) casal cristão, cujos filhos adultos já estavam fora de casa e que resolveram oferecer a ele uma oportunidade de vivenciar uma vida familiar saudável. Isso só reforça o quanto a família e a comunidade cristã têm papel relevante.

ser, em nossa avaliação ética, preferencialmente desrecomendada,⁴² pois essas crianças estariam vivenciando e incorporando exemplos de uma forma de vida familiar que se afasta dos bons propósitos do Criador e crescendo dentro de uma visão distorcida da sua própria natureza. O argumento do mal social menor, nesse caso de adoções ou guarda, tem sido, não raro, indevidamente “funcionalizado” e “instrumentalizado”, sendo utilizado para justificar a intencionalidade ideológica e comover a opinião pública em favor dos pleitos políticos de movimentos sociais interessados na causa *gay*. Por essa razão, entendemos que ele não é aceitável de um ponto de vista cristão. Obviamente, temos ciência de que a questão é controversa e que possui aspectos mais amplos, que precisariam ser ainda discutidos com minúcia.⁴³

6.3. Implicações eclesiológicas

6.3.1. Posicionamento sobre a concessão da bênção matrimonial pública ou privada a casais de *gays* ou lésbicas

Entendemos que a concessão da bênção matrimonial a casais homossexuais, por parte de qualquer igreja cristã, está em contradição tanto com os referenciais bíblico-teológicos das igrejas cristãs, quanto com os referenciais confessionais da tradição protestante luterana.

42 Ulrich EIBACH, *Ethische und anthropologische Aspekte der Homosexualität*, p. 68.

43 Ainda não é possível prever, por exemplo, as implicações psicológicas deste fato. Fato é que aqueles que vão à mídia afirmar que não há nenhum problema justamente “não” se baseiam em pesquisas e sim em “achismo”. Cf., por exemplo, o que se fala sobre o efeito do divórcio nos filhos e a pesquisa longitudinal (25 anos de pesquisa) de Judith Wallerstein em seu livro: *Filhos do divórcio*, publicado pela Edições Loyola, cujos resultados contradizem praticamente tudo o que se fala na mídia.

A concessão da bênção matrimonial a casais de *gays* ou lésbicas estaria sendo feita sobre uma forma de relacionamento considerada por Deus como “abominação”, precisando ser vista praticamente como blasfêmia.⁴⁴ O que vale para a bênção matrimonial como *ato público* da igreja se aplica também para a *bênção privativa* a casais de *gays* ou lésbicas, principalmente por essa bênção acabar sendo interpretada pelas pessoas envolvidas como ato similar ou substitutivo ao ofício público da bênção matrimonial, gerando compreensões equivocadas.⁴⁵ Cremos que algo que contradiz abertamente a vontade de Deus não pode estar, sob hipótese alguma, sob a bênção de Deus, seja ela pública ou privada. Quando obreiros ou ministros no Reino de Deus o fazem, parece-nos que valorizam mais a pressão social da opinião pública ou o desejo de pessoas individuais do que a orientação das Escrituras, agindo em contradição à sua vocação. A tendência atual de abençoar a tudo e a todos indiscriminadamente, em nome do Deus triuno e como expressão do amor incondicional de Deus, é altamente questionável.

6.3.2. Posicionamento sobre a ordenação de pessoas de orientação homossexual ao ministério ordenado de igrejas cristãs

Em nossa avaliação teológica, a aceitação de homossexuais como líderes e colaboradores nas comunidades cristãs ou como obreiros, atuantes em qualquer ministério eclesiástico público ordenado, *está em contradição com o ensino claro das Escrituras Sagradas e com as bases de fé da igreja cristã como corpo de Cristo.*

44 Heinzpeter HEMPELMANN, *Kirche und Homosexualität*, p. 37s.

45 Ulrich EIBACH, *Ethische und anthropologische Aspekte der Homosexualität*, p. 67s.

Está também em contradição ao ensino e às bases confessionais da Reforma Luterana, razão pela qual a maioria das igrejas luteranas no globo rejeita essa prática. Cremos ainda que a função de “ser exemplo” de fé e vida às pessoas, como algo que compete a todos os cristãos e também aos líderes espirituais de comunidades cristãs, estaria, nesse quesito específico, dificultada ou até inviabilizada.

6.3.3. Implicações relativas ao acolhimento de pessoas homossexuais na comunidade cristã

Por serem frutos da obra restauradora de Deus no mundo, nossas comunidades, instituições e associações são locais de acolhimento caloroso, encontro, orientação e restauração para pessoas em qualquer situação, no espírito do evangelho do Reino. Nelas também pessoas que lutam com as mais diferentes provações, tentações e perigos na área da sexualidade, incluindo angústias e sofrimentos gerados por tendências ou relacionamentos homossexuais, encontram amor, uma atmosfera acolhedora, auxílio, correção e acompanhamento terapêutico restaurador, que lhes permitam conviver conosco sem temores e constrangimentos e a viver na fé, na esperança e no amor. A comunidade é o lugar da vivência de um amor evangélico que tudo sofre, tudo crê, tudo espera e tudo suporta, também em relação a pessoas homossexuais (cf. 1Co 13.4-7). Tal vivência do amor de Deus em nossas comunidades manifesta-se na *necessária distinção entre a pessoa homossexual e a homossexualidade praticada*, bem como entre pessoas que possuem sentimentos e tendências homossexuais que, com o auxílio e o perdão de Deus, procuram resistir e lutar contra a tentação da prática homossexual, e a prática aberta e intencional da homossexualidade. A rejeição da prática homossexual não deve ser entendida como rejeição da pessoa homossexual, o que seria

discriminação e deve ser rejeitado entre nós. Porque Deus ama todas as pessoas, também homossexuais, nossos distritos e comunidades, compostos de pessoas simultaneamente justas e pecadoras, em tudo dependentes da graça e da misericórdia de Deus, também os acolhem, colocam-se ao lado deles e se dispõem a auxiliá-los e ampará-los.

Em todo nosso empenho, deve nos animar o fato de que inúmeros conselheiros pastorais, terapeutas e psicólogos – cristãos e também não adeptos da fé cristã – relatam-nos acerca de diversas pessoas, homens e mulheres, que após submeterem-se à intervenção terapêutica, encontraram auxílio e libertação de suas tendências e práticas homossexuais, em especial, quando houve disposição da pessoa em buscar auxílio. Obviamente, não podemos omitir que encontramos também diversos relatos de pessoas que, a despeito de intervenções terapêuticas, não conseguiram superar a problemática. Isso indica para o elevadíssimo grau de dificuldade de tais intervenções e impede que indiquemos ingenuamente, de modo triunfalista, para a busca de auxílio terapêutico, como se esta fosse a chave do sucesso de qualquer intervenção. O que intencionamos ressaltar é que a busca por auxílio terapêutico não pode ser excluída como possibilidade de libertação, como tem ocorrido na discussão recente. Somos contrários a toda e qualquer resignação nessa área.

Toda esperança de restauração pessoal e de libertação fundamentam-se, porém, na promessa de que Jesus Cristo tem poder para restaurar, libertar e salvar a pessoa humana em sua integralidade e de que uma vida sob seu senhorio abre a possibilidade de profundos e duradouros processos de transformação pessoal (Gl 2.19-20). Inclusive, já o apóstolo Paulo testemunhava, ao que tudo indica, a respeito do *passado de prática homossexual* de alguns cristãos de Corinto, justamente no contexto de sua rejeição a essa prática: *Ou não sabeis que os injustos não herdarão o Reino de Deus? Não vos*

enganeis: nem impuros..., nem adúlteros, nem efeminados, nem sodomitas... herdarão o Reino de Deus. Tais fostes alguns de vós; mas vós vos lavastes, mas fostes santificados, mas fostes justificados em nome do Senhor Jesus Cristo e no Espírito do nosso Deus (1Co 6.9-11). Os termos “lavar”, “santificar” e “justificar” estão entre os termos mais vigorosos que o cristianismo cunhou para expressar a obra redentora de Deus em Cristo, no poder do Espírito Santo. Onde alguém adere ao evangelho a partir da fé em Cristo, há a possibilidade real de tendências ou práticas homossexuais tornarem-se parte do *passado* das pessoas. O evangelho restaura a dignidade e confere nova qualidade de vida, sim, ele dá uma nova existência, à pessoa: *“Eu vim para que tenham vida, e a tenham em abundância”* (Jesus Cristo, em Jo 10.10). E é essa a esperança que deve levar a comunidade cristã a superar preconceitos e atitudes discriminatórias e acolher e apostar na possibilidade de restauração da vida de todas as pessoas, inclusos gays e lésbicas.

6.3.4. Posicionamento sobre como lidar com divergências em torno do tema homossexualidade na comunidade cristã

O tema em pauta é controverso e tem gerado não só discussões, mas também divisões em algumas igrejas – a exemplo da ELCA, Igreja Luterana nos EUA. Da mesma forma, é nossa percepção que o presente exercício de discernimento teológico-pastoral e ético não será, necessariamente, partilhado por todos os cristãos. Há muitas pessoas que, partilhando a mesma fé cristã e imbuídas da melhor intenção de viver e testemunhar o amor de Deus às pessoas do nosso tempo, chegam e chegarão a conclusões diferentes. Isso revela que a pergunta sincera sobre como lidar com divergências de opinião

dentro da igreja é muito sensível e complexa. Não podemos fugir dela, sob hipótese alguma.⁴⁶ Arriscamos algumas ponderações:⁴⁷

Em primeiro lugar, cabe proteger, acima de tudo, a liberdade de consciência de participantes, membros e obreiros – liberdade e responsabilidade essa que possuem perante Deus e homens, estejam contra ou a favor da prática da homossexualidade. A liberdade de consciência não pode ser jamais ferida, devendo ser respeitada e honrada, mesmo na divergência de opiniões.

Em segundo lugar, entendemos que, mesmo na divergência, não podemos pura e simplesmente negar o ser cristão ou até mesmo a fé uns aos outros, mas antes, devemos respeito, consideração e amor uns aos outros, dispondo-nos a permanecer em diálogo com quem pensa diferente, mesmo que em meio a tensões praticamente irreconciliáveis, decorrentes da diversidade de posições. No fundo, resta-nos apelar sempre de novo para a misericórdia de Deus sobre toda tentativa humana, inclusa a nossa(!), de ensaiar posicionamentos éticos e de discernir a vontade de Deus dentro do contexto atual.

46 Cf. Christoph MORGNER. Art. “Mut zur ethischen Position. Zur Auseinandersetzung um die Homosexualität”. In: Ulrich EIBACH, Klaus HAACKER, Heinzpeter HEMPELMANN et. al. *Betrifft: Kirche und Homosexualität*. Wuppertal & Zúrique: R. Brockhaus Verlag; Dillenburg: Gnadauer Verlag, 1995, p. 127-138; Gerhard HENNIG. Art. “Stellungnahme zu sogenannten ‘neuen Lebensformen’.” In: Ulrich EIBACH, Klaus HAACKER, Heinzpeter HEMPELMANN et. al. *Betrifft: Kirche und Homosexualität*. Wuppertal & Zúrique: R. Brockhaus Verlag; Dillenburg: Gnadauer Verlag, 1995, p. 139ss.

47 Seguimos aqui, em boa medida, a abordagem de Michael DIENER. *Lasst uns Gottes Liebe leben. Theologische und ethische Herausforderungen für Gemeinschaft, Kirche und Gesellschaft* – disponível em: http://www.gnadauer.de/cms/fileadmin/bilder/themen_texte/pr%C3%A4sesberichte/Pr%C3%A4sesbericht_2011kor.pdf – acesso em 20/08/2011, p. 18ss. Trata-se de uma manifestação que exerce grande influência sobre todas as centenas de instituições filiadas ao Movimento Evangélico de Comunhão de Gnadau, que representa o Pietismo europeu.

Entendemos que não devemos ver uns aos outros como estando fora do corpo de Cristo, apesar do intenso dissenso ético. Permanecer no diálogo, na busca conjunta pela verdade libertadora, com a consciência cativa à Palavra de Deus, é um sinal de amor às pessoas que lutam com a homossexualidade, bem como aos membros e participantes das próprias comunidades cristãs, que lutam por viver e testemunhar o amor de Deus a todas as pessoas de forma digna do evangelho hoje. Não é nossa função julgar os outros, Deus julgará a todos nós. No entanto, é nosso dever dizer claramente o que cremos ser a verdade bíblica e não simplesmente fazer de conta que cada teólogo ou igreja pode ensinar o que quiser.

Em terceiro lugar, pontuamos que tais dissensos sobre o tema homossexualidade não deveriam servir de pretexto ou desculpa barata para pessoas descontentes e não interessadas em qualquer discussão mais profunda simplesmente abandonarem suas comunidades, grupos de comunhão ou até igrejas. Temos que perguntar se essa decisão, no fundo, não denota uma atitude de fuga, falta de amor, pouco reconhecimento dos próprios pecados, além de uma postura permeada pela autojustiça, pelo orgulho hipócrita farisaico e, acima de tudo, pela ilusão de que teremos, neste mundo aqui, uma comunidade de fé ou igreja mais pura ou mais perfeita (cf. Jo 8.1-11). Em quarto lugar, por um lado, cremos que deve haver compreensão para pessoas que, vivendo em locais em que comunidades ou igrejas cristãs são favoráveis à prática da homossexualidade, sintam, a partir da liberdade de consciência perante Deus e homens que possuem, o desejo de sair de sua comunidade ou igreja de origem, por entenderem que tal assunto tenha alcançado o nível de *“status confessionis”* – trata-se da situação em que se entende que confissões centrais e fundamentais da fé cristã ou de uma determinada comunidade de fé

(igreja) foram atingidas ou eliminadas parcial ou totalmente. Nesses casos, sugerimos que deve ser nossa a incumbência de acolher e oferecer um lar espiritual a todas as pessoas que, por conflitos insuperáveis de consciência nessa área, optaram por abandonar seus grupos, comunidades ou igrejas de origem.

6.3.5. Posicionamento em relação ao tema “*status confessionis*”

Será que a existência de um voto favorável à prática da homossexualidade, à ordenação de ministros/as homossexuais, bem como à realização de casamentos entre pessoas homossexuais por parte de igrejas ou movimentos aos quais estamos ligados constitui um “*status confessionis*”?

Em nossa avaliação, entendemos que a base bíblica e, em nosso caso, a base confessional da Reforma Luterana, terá sido fortemente atingida, em especial devido à relativização das Escrituras Sagradas como instância normativa para a vida da igreja cristã. Isso não significa, a nosso ver, que precisemos entender que a base confessional já esteja pura e simplesmente de todo eliminada. A existência de divergência, em alguns aspectos da confissão, não significa que há, de imediato, divergência em todos os aspectos da confissão. Por isso, todo tópico de exigência exige diálogo à luz da Palavra de Deus, ao qual não devemos nos omitir. Ainda assim, a pergunta é feita por muitos cristãos: “Podemos permanecer numa igreja ou movimento cristão que se declara favorável à prática da homossexualidade?”. Entendemos que um *critério* já utilizado em outros contextos e países e que pode auxiliar na tomada de decisões é o seguinte: enquanto a base confessional de uma igreja ou grupo (Escrituras Sagradas e Escritos Confessionais) permanecer intacta

nos documentos constituintes daquela igreja ou movimento, embora contradita por posicionamentos de representantes ou de direções de igrejas, grupos ou movimentos, *recomenda-se permanecer nos grupos e igrejas de origem e pleitear abertamente e conscientemente por reformas à luz das Escrituras* – e isso, pelo tempo em que se julgar necessário, até que se perceba se há ou não perspectivas de alguma mudança. Seja como for, não é apropriado tomar decisões muito precipitadas, mas importa ter muita paciência e insistir várias vezes no diálogo, antes de qualquer tomada de posição definitiva que conduza a algum afastamento daquela igreja ou movimento. Lá, porém, onde a base confessional de uma igreja ou grupo for alterada ou anulada pela direção ou liderança deles, normalmente estará dada a situação do assim chamado *status confessionais*, sendo compreensível o surgimento de manifestações contrárias mais radicais ou até de saídas de pessoas da igreja, embora sempre recomendemos que se privilegie a continuidade dos diálogos por um tempo, na tentativa de reverter o quadro. No fundo, *estamos convictos de que os problemas da igreja cristã não se resolvem por meio de divisões, mas sim, por intermédio de constantes reformas, à luz da Palavra de Deus*. Da Reforma de Lutero aprendemos, por exemplo, que somente a excomunhão foi motivo suficiente que levou o Reformador a, contra seus planos e vontade, articular as reformas de doutrina e de prática eclesial que estava pleiteando no contexto de um movimento novo. Esse é, indubitavelmente, o espírito que caracteriza também a CA – Confissão de Augsburgo.

Seja como for, onde direções de igrejas, grupos ou movimentos cristãos tomarem decisões contrárias às Escrituras e a suas bases confessionais, é teologicamente e eclesiologicamente legítimo e justificável que elas sejam questionadas, convidadas ao diálogo e

chamadas de volta ao centro da fé.⁴⁸ Obviamente precisamos de pessoas que estejam dispostas a suportar, com confiança inabalável em Deus, tais situações de desgaste e tensão, tanto em âmbito pessoal quanto institucional. E obviamente, precisamos entender quando, em não se chegando a consensos, pessoas decidem “abandonar o barco” em razão de conflitos de consciência.

Finalizando, somos da opinião de que deve imperar, em tais situações, a liberdade de opinião e a proteção de consciência, seja para pessoas individuais, colaboradores, ministros ordenados ou lideranças constituídas de comunidades, grupos, movimentos ou igrejas.

6.3.6. Sobre a necessidade de insistir na busca pelo consenso doutrinário e pela unidade da igreja cristã

Em tudo isso, ao lado da exortação para que sejamos e permaneçamos fiéis às Escrituras Sagradas, permanece o chamado para que todos os esforços sejam envidados em manter a unidade da igreja ou movimento ao qual se está vinculado, e o espírito do diálogo e da correção fraternos, e que diferenças nessa área não venham a abalar amplos consensos ainda existentes em muitas questões de Escritura e confessionalidade em outras áreas. Pois somente no diálogo fraterno, mesmo que crítico e complexo, pode-se contribuir, lutar pelos irmãos e irmãs, testemunhar do amor de Deus adiante. Somente em tal diálogo crítico estaremos unidos uns aos outros

48 Um exemplo da discussão alemã: Reinhard SLENCZKA. Art. “Völlige Desorientierung? Zur Orientierungshilfe des Rates der EKD über ‘Homosexualität und Kirche’.” In: Reinhard SLENCZKA. *Neues und Altes. Ausgewählte Aufsätze, Vorträge und Gutachten*. Vol. 3. Neuendettelsau: Freimund Verlag, 2000, p. 219ss.

na busca por compreender o que significa o princípio reformatório da *“sola scriptura”* no contexto de uma sociedade multicultural e plurirreligiosa secularizada como a nossa.

7. Implicações para a educação cristã continuada nas comunidades e nas escolas

Finalizamos nossa abordagem apontando para a área da educação cristã continuada. Cremos que uma das tarefas primordiais da igreja cristã, em todos os âmbitos de sua atuação, consiste na veiculação de uma pregação e de um ensino claro e biblicamente fundamentado sobre a família e a homossexualidade, seja no contexto de nossas comunidades ou de nossas instituições educacionais ou diaconais. Crianças, jovens e adultos precisam ser alvo do empenho didático-pedagógico de nossas comunidades e escolas, obreiros e ministros. Lideranças e obreiros ordenados, pastores, missionários, catequistas e diáconos necessitam de formação continuada nessa área. O trabalho com todas as faixas etárias, acompanhado de uma instrução clara e compreensível, precisa ser promovido, seja na forma de cursos, palestras, pregações ou eventos. Em especial, a visão bíblica da família precisa ser novamente enaltecida, fundamentada e aprofundada. Desde cedo, deve ficar claro que a prática homossexual não é, de forma alguma, uma forma de vida que possa ser vista como tendo igual direito de aceitação ao lado da união estável heterossexual.

III. OBSERVAÇÕES CONCLUSIVAS

Nossa abordagem não esgota, nem de longe, a infinidade de aspectos que deveriam ser discutidos. Ainda assim oferece algumas balizas e, acima de tudo, tenta não ficar devendo um posicionamento claro sobre os assuntos em pauta. Essa abordagem representa aquilo que, em liberdade e responsabilidade perante Deus e homens, no horizonte do juízo final, temos crido e defendido. Ela também presta contas a respeito do que temos ensinado no contexto de nossa instituição, e pretende desafiar à reflexão teológica e instigar os seus leitores e suas leitoras ao debate. Assim, ela não é conclusiva, sendo que estamos e permanecemos abertos à crítica, ao questionamento e ao diálogo fraterno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aliança Cristã Evangélica Brasileira: *Manifesto de afirmação da heterossexualidade* – disponível em:
http://www.aliancaevangelica.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12:manifesto-deafirmacao-da-heterossexualidade.
- BOCKMÜHL, Klaus. Art. “Die Diskussion über Homosexualität in theologischer Sicht”. In: Homosexualität in evangelischer Sicht. Vier Beiträge. Wuppertal: Aussaat Verlag, 1965, p. 26- 60.
- DIENER, Michael. *Lasst uns Gottes Liebe leben. Theologische und ethische Herausforderungen für Gemeinschaft, Kirche und Gesellschaft* – disponível em: http://www.gnadauer.de/cms/fileadmin/bilder/themen_texte/pr%C3%A4sesberichte/Pr%C3%A4sesbericht_2011kor.pdf.
- EIBACH, Ulrich. Art. “Ethische und anthropologische Aspekte der Homosexualität”. In: Ulrich EIBACH, Klaus HAACKER, Heinzpeter HEMPELMANN et. al. *Betrifft: Kirche und Homosexualität*. Wuppertal & Zúrique: R. Brockhaus Verlag; Dillenburg: Gnadauer Verlag, 1995, p. 41ss.
- EIBACH, Ulrich; HAACKER, Klaus; HEMPELMANN, Heinzpeter et. al.

Betrifft: Kirche und Homosexualität. Wuppertal & Zúrique: R. Brockhaus Verlag; Dillenburg: Gnadauer Verlag, 1995.

- EICHRODT, Walther. Art. "Homosexualität – Andersartigkeit oder Perversion?". In: *Homosexualität in evangelischer Sicht. Vier Beiträge*. Wuppertal: Aussaat Verlag, 1965, p. 7-26.

- GRZYBOWSKY, Carlos "Catito". *Macho e fêmea os criou. Celebrando a sexualidade*. 4. Impr. Viçosa: Ultimato, 1998.

- HAACKER, Klaus. Art. "Exegetische Gesichtspunkte zum Thema Homosexualität". In: Ulrich EIBACH, Klaus HAACKER, Heinzpeter HEMPELMANN et. al. *Betrifft: Kirche und Homosexualität*. Wuppertal & Zúrique: R. Brockhaus Verlag; Dillenburg: Gnadauer Verlag, 1995, p. 7-20.

- HEMPELMANN, Heinzpeter. Art. "Kirche und Homosexualität. Sieben Perspektiven". In: Ulrich EIBACH, Klaus HAACKER, Heinzpeter HEMPELMANN et. al. *Betrifft: Kirche und Homosexualität*. Wuppertal & Zúrique: R. Brockhaus Verlag; Dillenburg: Gnadauer Verlag, 1995, p. 27ss.

- HENNIG, Gerhard. Art. "Stellungnahme zu sogenannten 'neuen Lebensformen'." In: Ulrich EIBACH, Klaus HAACKER, Heinzpeter HEMPELMANN et. al. *Betrifft: Kirche und Homosexualität*. Wuppertal & Zúrique: R. Brockhaus Verlag; Dillenburg: Gnadauer Verlag, 1995, p. 139ss.

- KÜTEMEYER, Wilhelm. Art. "Medizinisch-ärztliche Aspekte der Homosexualität". In: *Homosexualität in evangelischer Sicht. Vier Beiträge*. Wuppertal: Aussaat Verlag, 1965, p. 62-70.

- IELB – Igreja Evangélica Luterana do Brasil. *Posição oficial sobre a união homossexual* – disponível em: <http://presidenteielb.blogspot.com/2011/05/posicao-sobre-uniao-homossexual.html>.

- LUTERO, Martinho. *Da Vontade Cativa*, in: Martinho Lutero. Obras Seleccionadas. Vol. 4: Debates e Controvérsias II. Ed. p. Comissão Interluterana de Literatura. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia 1993.

- MICHEL, Karl-Heinz. *Der dreieine Gott und die Einheit von Mann und Frau*. In: Ulrich EIBACH, Klaus HAACKER, Heinzpeter HEMPELMANN et. al. *Betrifft: Kirche und Homosexualität*. Wuppertal & Zúrique: R. Brockhaus Verlag; Dillenburg: Gnadauer Verlag, 1995, p. 75-93.

- MORGNER, Christoph. Art. "Mut zur ethischen Position. Zur Auseinandersetzung um die Homosexualität". In: Ulrich EIBACH, Klaus HAACKER, Heinzpeter HEMPELMANN et. al. *Betrifft: Kirche und Homosexualität*. Wuppertal & Zúrique: R. Brockhaus Verlag; Dillenburg: Gnadauer Verlag, 1995, p. 127-138.

- Movimento Encontro. *Manifesto do Movimento Encontro pela fidelidade às Escrituras Sagradas* Curitiba, 2011.

- Movimento Encontro. *Igreja e Homossexualidade* – disponível em: <https://docs.google.com/leaf?id=0B39O0zmU3A7DNTRhNGVmM2ItYWZlOS00MDQwLWI2OTItYT- YyOTE1ZDA3OTNk&sort=name&layout=list&num=50&pli=1&authkey=CMb08q8I>.
- MUSSKOPF, André. *Via(da)gens Teológicas: Itinerários para uma teologia Queer no Brasil*. São Paulo: Fonte Editorial, 2012.
- WIEDEMANN, H. G.. *Homosexuelle Liebe*. Stuttgart, 1982.
- WIESE, Werner. Art. “Homossexualismo – Uma abordagem bíblico-teológica”. In: *Vox Scripturae – Revista Teológica Brasileira*, vol. XVIII, Nr. 1, 2010, p. 9-46.